INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

ed.15 | SETEMBRO 2022

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

ed.15 | SETEMBRO 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da EDITORA INTEGRALIZE, (SC) Brasil

International Integralize Scientific. 15ª ed. Setembro/2022. Florianópolis - SC

Periodicidade Mensal
Texto predominantemente em português, parcialmente em inglês e espanhol.

ISSN/2675-5203

1 - Ciências da Administraçao
2 - Ciências Biológicas
3 - Ciências da Saúde
4 - Ciências Exatas e da Terra
5 - Ciências Humanas/ Educação
6 - Ciências Sociais Aplicadas
8 – Ciências Jurídicas
7 - Linguística, Letras e Arte
9 – Tecnologia
10 – Ciências da Religião /Teologia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Editora Integralize - SC – Brasil

Revista Científica da EDITORA INTEGRALIZE- Ed.15, n.01, Setembro/2022. Florianópolis-SC

PERIODICIDADE MENSAL

Texto predominantemente em Português, parcialmente em inglês e espanhol.
ISSN/2675-5203

1. Ciências da Administração
2. Ciências Biológicas
3. Ciências da Saúde
4. Ciências Exatas e da Terra
5. Ciências Humanas / Educação
6. Ciências Sociais Aplicadas
7. Ciências Jurídicas
8. Linguística, Letras e Arte
9. Tecnologia
10. Ciências da Religião / Teologia

EXPEDIENTE

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC
ISSN/2675-5203
É uma publicação mensal, editada pela
EDITORA NTEGRALIZE | Florianópolis - SC

Florianópolis-SC
Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande, CEP 88032-005.
Contato: (48) 99175-3510
https://www.integralize.online

Diretor Geral
Luan Trindade

Diretor Financeiro
Bruno Garcia Gonçalves

Diretora Administrativa
Vanessa Sales

Diagramação
Balbino Júnior

Conselho Editorial
Marcos Ferreira

Editora-Chefe
Vanessa Sales

Editor
Dr. Diogo de Souza dos Santos

Bibliotecária
Rosangela da Silva Santos Soares

Revisores
Francisco Rogério Gomes da Silva
Rosangela da Silva Santos Soares

Permitida a reprodução de pequenas partes dos artigos, desde que citada a fonte.

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC
ISSN / 2675-5203
É uma publicação mensal editada pela
EDITORA INTEGRALIZE.
Florianópolis – SC
Rodovia SC 401, 4150, bairro Saco Grande, CEP 88032-005
Contato (48) 4042 1042
https://www.integralize.online/acervodigital

EDITORA-CHEFE
Dra. Vanessa Sales

Os conceitos emitidos nos artigos são de responsabilidade exclusiva de seus Autores.

INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

ed.15 | SETEMBRO 2022

CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO

HUMAN SCIENCES AND EDUCATION

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC
ISSN/2675-520

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

SUMÁRIO – CIÊNCIAS HUMANAS

ATUAÇÃO PSICOLÓGICA ENTRE OS ÍNDIOS MACUXI. Autor: Lucas Frade Pinto Cunha **08**
PSYCHOLOGICAL PERFORMANCE AMONG MACUXI INDIANS
DESEMPEÑO PSICOLÓGICO EN INDÍGENAS MACUXI
DISCALCULIA. Autor: Greison Dimas da Silva; Djalma Coriolano da Silva Júnior **22**
DYSCALCULIA
DISCALCULIA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: VERIFICAR SE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL, TODAS SÃO CONTEMPLADAS, NO QUE REGE A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Autor: Greison Dimas da Silva **Orientador:** Prof. Dr. Hélio Sales Rios **31**
INCLUSIVE EDUCATION: VERIFY IF IN THE MUNICIPAL SCHOOLS OF CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL, ALL ARE COMPLETED, REGARDING THE POLICY OF INCLUSIVE EDUCATION
EDUCACIÓN INCLUSIVA: VERIFIQUE SI EN LAS ESCUELAS MUNICIPALES DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL, TODAS SE CUMPLAN CON LA POLÍTICA DE EDUCACIÓN INCLUSIVA
GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS UNIDADES PÚBLICAS DE ENSINO: UM NOVO OLHAR SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DO VAAR NOS INDICADORES DE DESEMPENHO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE JACARACI-BAHIA Autora: Edicléia Santana Rocha **Orientador:** Prof. Dr. Samuel de Oliveira Nicolau **42**
DEMOCRATIC MANAGEMENT IN PUBLIC EDUCATION UNITS: A NEW LOOK AT THE COMPLEMENTATION OF VAAR IN PERFORMANCE INDICATORS IN THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK IN THE MUNICIPALITY OF JACARACI-BAHIA
GESTIÓN DEMOCRÁTICA EN LAS UNIDADES DE EDUCACIÓN PÚBLICA: UNA NUEVA MIRADA A LA COMPLEMENTACIÓN DEL VAAR EN INDICADORES DE DESEMPEÑO EN LA RED EDUCATIVA MUNICIPAL EN EL MUNICIPIO DE JACARACI-BAHIA
A CONEXÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE SUPERAÇÃO DO TRANSTORNO DE ANSIEDADE NAS CRIANÇAS ENTRE 6 E 7 ANOS. Autores: Delso de Jesus Cardoso Correia e Gilvana Larissa Pimentel Caires dos Santos. **Orientador:** Prof. Dr. Samuel de Oliveira Nicolau **55**
THE CONNECTION BETWEEN FAMILY AND SCHOOL IN THE PROCESS OF OVERCOMING ANXIETY DISORDER IN CHILDREN BETWEEN 6 AND 7 YEARS OLD
LA CONEXIÓN ENTRE FAMILIA Y ESCUELA EN EL PROCESO DE SUPERACIÓN DEL TRASTORNO DE ANSIEDAD EN NIÑOS DE 6 A 7 AÑOS

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

ATUAÇÃO PSICOLÓGICA ENTRE OS ÍNDIOS MACUXI

PSYCHOLOGICAL PERFORMANCE AMONG MACUXI INDIANS

DESEMPEÑO PSICOLÓGICO EN INDÍGENAS MACUXI

Lucas Frade Pinto Cunha

CUNHA, Lucas Frade Pinto. **Atuação psicológica entre os índios Macuxi.** Revista Internacional Integralize Scientific. Ed., n. 15, p.08-22, setembro/2022, ISSN/2675-5203.

RESUMO

Este relato de experiência se baseia na atuação profissional do psicólogo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol em um período de dois anos, atuando em comunidades indígenas e na sede do município de Uiramutã, juntamente com o grupo de trabalho Morî Wei (na língua portuguesa significa Bom Dia). Através deste estudo muitos profissionais de psicologia poderão elucidar dúvidas de como poderiam atuar diretamente, utilizando abordagens para o desenvolvimento psicossocial dos indígenas em comunidades mais isoladas ou aquelas que convivem mais próximas das zonas urbanas.

Palavras-Chave: Povo. Macuxi. Comunidades. Indígenas. Psicologia.

ABSTRACT

This experience report is based on the professional work of the psychologist in the Indigenous Land Raposa Serra do Sol over a period of two years, working in indigenous communities and in the headquarters of the municipality of Uiramutã, together with the work group Morî Wei (in Portuguese it means Good Morning). Through this study, many psychology professionals will be able to clarify doubts about how they could act directly, using approaches for the psychosocial development of indigenous people in more isolated communities or those that live closer to urban areas.

Keywords: People. Macuxi. Communities. Indigenous. Psychology.

RESUMEN

Buen día). A través de este estudio, muchos profesionales de la psicología podrán aclarar dudas sobre cómo podrían actuar directamente, utilizando enfoques para el desarrollo psicosocial de los indígenas en comunidades más aisladas o que viven más cerca de las zonas urbanas.

Palabras clave: Personas. Macuxi. Comunidades. Indígena. Psicologia.

INTRODUÇÃO

O estudo realizado traz uma diversidade de atividades elaboradas em comunidades indígenas por equipe de saúde, psicólogo e representante educacional. Todas as ações eram discutidas e planejadas com no mínimo uma semana de antecedência. Muita logística foi realizada, pois algumas comunidades indígenas são de difícil acesso. Toda equipe pensou em quais contribuições profissionais e sociais poderíamos oferecer para as comunidades indígenas. No mês de junho de 2018, foi realizada uma ação conjunta entre vários profissionais representando às Secretarias de Assistência Social, Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Secretaria de Saúde, Conselho Tutelar e Polícia Militar do município de Uiramutã na comunidade indígena Pedra Branca. As palestras tiveram o intuito de expor aos membros da comunidade qual o papel dos profissionais com os munícipes e seus limites de atuação.

Após o final da ação, o profissional de psicologia e o enfermeiro decidiram coordenar e atuar diretamente em outras comunidades indígenas, com palestras preventivas e ações de saúde básica. As ações de prevenção representam um papel fundamental no Psico Desenvolvimento dos indígenas que vivem isolados, muitas vezes dos serviços socioassistenciais e de saúde.

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

Trabalhar com prevenção e informação significa conduzir o conhecimento profissional e desenvolver estratégias e abordagens das mais diversas maneiras. O município do qual foi feito esse trabalho possui uma representatividade de 87% de indígenas no território.

As diversidades culturais e étnicas desempenham um papel importantíssimo no cenário indígena. Todo aprendizado adquirido desde os anos iniciais até a fase idosa mostrou que é possível viver isolado dos moldes sociais industrializados, mas com o passar dos anos muitas comunidades indígenas foram sendo inseridas em programas sociais, de saúde e educação.

As necessidades de incluir e padronizar o contexto indígena aos moldes não indígenas cresce ano após ano no Brasil. Observar de perto todo esse cenário de imposição sobre outra cultura, nos faz refletir até onde podemos ou devemos contribuir com o desenvolvimento dos indígenas?

O papel do psicólogo(a) em um município situado dentro de uma terra indígena é muito amplo, devido ao vasto campo de atuação profissional existente na psicologia. Quando falamos de poder estar realizando ações preventivas, trazemos em nossas atuações, reclamações de lideranças indígenas que procuram por orientação nos conflitos existentes em suas comunidades indígenas.

Sabemos que a cultura indígena possui seus moldes e metodologias de evolução, paralelo ao desenvolvimento dos não indígenas. O indígena mesmo vivenciando sua evolução, de alguma maneira é atingido por aprendizados, comportamentos e críticas sociais de outras culturas não originárias do Brasil. O grupo Morî Wei observou atentamente em que aspectos os avanços das culturas não originárias do Brasil distorcem de alguma forma a evolução e os costumes dos povos locais ao qual o grupo trabalhou.

Várias intervenções foram ministradas para reforçar a importância e a necessidade de ser uma comunidade ativa em seus aspectos sociais atuais. Como psicólogo atuante em território indígena, tive que pensar em estratégias e abordagens que poderia aplicar dentro de cada comunidade visitada.

Os conceitos indígenas de evolução passam a ser bem diferentes e ao mesmo tempo esclarecedores, pois as etnias das quais trabalhei possivelmente existem a mais de mil anos na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Cada caso que surgia para analisar e orientar nos esclareceu de como esses povos lidam com a introdução do outro em seu território.

O modelo de hierarquia existente em sua grande maioria é patriarcal nessas comunidades, com isso as mulheres em sua maioria podem possuir uma condição inferiorizada para com o homem, sendo assim a voz mais ativa e operante na comunidade.

Em muitas comunidades as mulheres têm tido cada vez mais seu espaço respeitado pelas lideranças e até exercendo o papel de líderes locais. Para algumas lideranças os casos de agressões são praticamente normais entre as famílias, mas em outras comunidades os agressores são expulsos ou pagam uma penalidade que consiste em trabalhar com plantio ou pecuária em outra comunidade indicada pelas lideranças. Se o caso ocorresse em alguma comunidade do CIR as penalidades iriam ser administradas nas comunidades dessa organização, e se o fato ocorresse nas comunidades SODIUR as penalidades seriam nas comunidades dessa organização.

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

Quando se trabalha no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em áreas indígenas, há muitas orientações de atuação tanto no campo jurídico quanto social, pouco é esclarecido nos manuais ou cartilhas.

O meu interesse em trazer todo esse olhar psicológico nas minhas atuações, de alguma maneira criou uma relação entre o profissional psicólogo e os indígenas, sobre a importância do psicólogo atuar nas comunidades indígenas. Entretanto, o saber e o atuar como profissional de psicologia, requer muito do interesse pessoal profissional em adquirir experiências e poder habitar locais para a produção desse saber científico.

Apesar de estar nessas comunidades transmitindo bastante informação e adquirindo também, pude notar grande curiosidade e necessidade dos indígenas em obter informações, sobre quais profissionais o município disponibiliza e quais os campos de atuação desses profissionais nas comunidades indígenas locais. Estar nas comunidades e reunir-se com as lideranças, nos preenchem de conhecimentos ancestrais e nos molda enquanto profissionais cientistas.

Em minha atuação como palestrante, professor de psicologia e psicólogo representante de instituição pública, foi bem inovador, já que minha maneira de expressar as informações foi reavaliada e remodelada para que as compreensões dos indígenas, sobre as informações ministradas ficassem mais claras.

Muitas pessoas que habitam essas comunidades podem não apresentar muita compreensão sobre a linguagem científica nos assuntos abordados nessas palestras socioassistenciais entre outras.

Os profissionais de psicologia com seu olhar clínico podem desenvolver estratégias junto à comunidade para que todos possam compreender as informações transmitidas. Muitos indígenas respeitam o profissional após conhecer o seu trabalho e observar a importância da sua presença na comunidade. Realmente atuar em comunidades indígenas exige muito psicologicamente do profissional psicólogo.

SOBRE O TIPO DE PESQUISA DO ESTUDO

A pesquisa utilizada no presente estudo foi uma mescla das pesquisas: I) causal (ou explicativa), E) descritiva, III) exploratória.

I) Causal (ou explicativa) porque requer hipótese – analisa causa e efeito – pode requerer estatística dependendo da pergunta e da hipótese, o que não será absolutamente o caso da presente proposta.;

II) Descritiva porque apresenta o cenário de um fenômeno ou conjunto de fenômenos, admite hipótese e descreve características dos fenômenos observados.;

III) Exploratória porque identifica o problema e faz sugestões sobre as respostas das perguntas.

Neste trabalho foi apresentada uma análise descritiva quali-quantis do estudo de caso do profissional de psicologia junto às comunidades indígenas do extremo norte do Brasil situada no estado de Roraima no Município de Uiramutã.

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

Figura 1. Município de Uiramutã

Fonte: Google, 2020

Figura 1. Município de Uiramutã

Fonte: Google, 2020

Esse mapa ilustra a região da qual foi realizado o trabalho e algumas comunidades mais centralizadas e outras mais próximas da sede do município de Uiramutã.

APROXIMAÇÃO DA PSICOLOGIA ENTRE OS POVOS INDÍGENAS.

A psicologia no Brasil se desenvolve de acordo com as questões que vão tomando parte da sociedade. A luta dos povos indígenas em serem respeitados e reconhecidos por suas importâncias no cenário brasileiro atenuou a necessidade da psicologia em traçar rumos para uma possível inserção nesse campo de atuação. Após a criação 1910 do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e em 1987, com o surgimento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), podemos de alguma maneira visualizar as grandes dificuldades e possibilidades dos povos originários do Brasil em progredir com seus ensinamentos milenares.

Teixeira (2010) esclarece que:

> Que o ponto de partida do CRP/SP para a compreensão desses estudos foi o Seminário Nacional Subjetividade e Povos Indígenas (2004), em parceria com o Conselho

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

> Federal de Psicologia (CRP) e o Conselho Indígena Missionário, em Brasília. O evento contou com representantes indígenas de várias etnias, além de psicólogos representando todos os Conselhos Regionais, atendendo às diretrizes do IV Congresso Nacional de Psicologia (CNP) que recomendava que a Psicologia deveria se aproximar das questões indígenas no país (TEIXEIRA, 2010).

A introdução da psicologia em seus seminários abordando o indígena como tema central abriu possibilidades de interlocução entre as lideranças indígenas, instituições de apoio, profissionais dos mais diversos segmentos e governo.

Observar a atuação da psicologia junto aos indígenas é uma questão inovadora e que pouco a pouco vem demonstrando alguns caminhos para que a atuação do profissional de psicologia respeite e saiba agir de acordo com o ambiente e a etnia que ali habita.

Cada um desses profissionais, procura abastecer e elaborar explicações para a solução dos problemas em comum. "Essa interdisciplinaridade envolve a troca de metodologias entre as disciplinas" (NICOLESCU, 2005 apud BERNI, 2010, p. 289). Os congressos e outros espaços de discussão de certa maneira desenvolvem o olhar do profissional, mas o importante são as possibilidades que as frentes de trabalho possam levar e esses profissionais.

Os conselhos de Psicologia passaram a criar dentre os muitos GT existentes, o grupo relacionado à psicologia e os povos indígenas. O surgimento desses grupos de trabalho vem contribuindo para analisar e possivelmente intervir nas demandas existentes nas comunidades ou tribos indígenas no Brasil. Entre as discussões podemos ressaltar a saúde mental, os índices de suicídios, infanticídios, estupros, feminicídios, explorações sexuais de crianças, adolescentes e adultos e outras violações de direitos humanos.

Algumas pesquisas realizadas se inseriram no campo da Psicologia Social e estão voltadas para o estudo sobre educação e saúde, tendo como referências questões filosóficas, antropológicas e psicanalíticas (FUCILINI, 2019, p.18).

Muito pouco é passado nas universidades sobre o assunto e pouco se tem em sites de busca quando o assunto é psicologia e povos indígenas. Hoje em dia com o desenvolvimento da tecnologia é possível estarmos mais perto dos conflitos vividos por esses povos originários do Brasil. Entre os mais diversos conflitos, a psicologia hoje tem atuado bastante em instituições de assistência social, saúde e a educação que entrou em vigor a com a lei n◦ 13.935 de 11 de dezembro de 2019, com isso o trabalho passa a ficar mais próximo daqueles que necessitam de atenção e proteção.

Vygotsky (1991) constitui um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa, pela interpretação de referenciais bibliográficos a respeito do tema e que permite mostrar com clareza a problemática do trabalho com um grupo social, neste caso, com os povos indígenas e, também, um estudo etnográfico, considerando descrever a cultura de um povo e manifestações de suas atividades. Quanto ao tipo, afirma-se seu caráter descritivo, pois exige uma série de informações para esclarecer as características da cultura indígena, e exploratório, cujo objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito (TRIVIÑOS, 1987; GIL, 2007).

Muitas questões relacionadas aos conflitos existentes pelos povos indígenas brasileiros, apresentam contextos da atuação do não indígena, o imenso desafio da população indígena brasileira, que seria conseguir manter o contato com a sociedade sem perder o sentido étnico e cultural nos diálogos.

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

Como papel do Conselho, Teixeira (2010) considera importante, também, criar referências para a atuação dos psicólogos, não no sentido de dizer como devem atuar, mas acompanhando e fomentando essa discussão, tão importante nos dias de hoje, que oferece princípios para uma atuação profissional com qualidade, conforme o contexto social e a problemática que se apresentam como desafio para a categoria.

A saúde indígena contribuiu muito para a inclusão dos indígenas nos direitos sociais básicos. A implantação da Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, conhecida como Lei Arouca, a qual institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, em seu art. 19-F dispõe que:

> Dever-se-á obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional. (BRASIL, 1999)

Considerando que a Convenção 169 da OIT, promulgada pelo Decreto n. 5.051, de 19 de abril de2004, preconiza, em seu art. 3º, item 1, que "Os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação. As disposições desta Convenção serão aplicadas sem discriminação aos homens e mulheres desses povos" (JUSBRASIL, 2010).

Leis que foram sendo aprimoradas e incluídas na sociedade brasileira contribuíram na importância da inclusão dos povos originários do Brasil e outros povos menos favorecidos.

Atualmente contamos com 897 mil indígenas em todo território nacional brasileiro. Outros dados compõem as informações sobre os indígenas como o total de etnias que chegam a 305, além das 274 línguas faladas. Cada etnia desenvolve sua maneira de agir e pensar na sociedade a qual vivencia. Mesmo nos dias atuais com o avanço das civilizações e a diminuição do território indígena é possível de alguma maneira, possa haver diálogos e ações que venham agregar de respeito e qualidade de vida desses indígenas menos aculturados.

> A Constituição Federal de 1988 representa uma conquista para esses povos, devido ao reconhecimento de sua cidadania e autonomia, rompendo com a tutela e a perspectiva integracionista e assimilacionista que caracterizavam o contexto jurídico-político do Estado até o fim da década de 80. Os indígenas são cidadãos, possuem todos os direitos do cidadão comum, além daqueles específicos garantidos pela Constituição. São garantidos o respeito à sua organização social, costumes, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens (CF/88 art.231). Essa mesma Constituição define a saúde como direito de todos e dever do Estado, consolidando os princípios para a criação do Sistema Único de Saúde/SUS (JUSBRASIL, 2010 apud CF/88 art.196).

Outros parceiros desse trabalho realizado por profissionais de psicologia e povos indígenas são os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) que trabalha juntamente com o SUS (Sistema Único de Saúde) no que diz respeito às doenças acometidas pelos indígenas, Casas de Atenção à Saúde do Índio (CASAI), ambientes que abrigam indígenas atendidos pelo SUS. Nestas casas o indígena poderá ter acesso a médicos, enfermeiros, psicólogos e nutricionistas. Os profissionais que vão atuar nessas casas variam de acordo com infraestrutura fornecida pelo governo do estado. É evidente que muitos profissionais desconhecem

informações de como deverão atuar nas reservas indígenas, em comunidades ou tribos, sendo assim de acordo com Halbwachs (1925), os povos indígenas têm um passado trágico de perdas, tornando-se, por muito tempo, uma cultura impronunciável.

Os atos violentos deixaram feridas que se mantêm em silêncio para esse povo, assim, é pertinente que a psicologia seja atenta às questões raciais e étnicas na sociedade atual, levando em conta as variações das culturas indígenas. Essas feridas são visíveis por meio das memórias passadas que se transmitem pela oralidade, quando os índios comparam o passado com o presente, lembrando que esse contraste do tempo é parte do contexto social que se apresenta (MELATTI, 2007).

Compreender que o espaço ao qual o profissional de psicologia está sendo inserido para suas futuras intervenções são bem delicadas e possuem diversas barreiras que de certa maneira podem excluir esse profissional das suas análises ambientais e intervenções junto aos povos indígenas.

Garfunkel (2010), no livro *Psicologia e povos indígenas*, apresenta o programa Tamoromu que segundo a etnia Wapixana em suas histórias, seria uma árvore que produzia tudo, mandioca, banana, abóbora e o que era preciso para alimentar a comunidade.

A Casai/SP, tem como objetivos potencializar a estrutura de acolhimento na instituição, auxiliar no tratamento e recuperação do bem-estar dos pacientes, valorizar a cultura e o conhecimento de cada paciente e acompanhante indígena, partindo da ideia de que, quem chega tem um conhecimento pleno, uma cultura, uma forma de lidar com esse mundo. Assim, o programa oportuniza falar sobre esses aspectos nas oficinas, procurando não cristalizar papéis e lugares. O autor traz observações sobre oficinas que são lugares onde pode se estimular a integração, troca de saberes, metodologias de convivência, mostrando que o objetivo consiste em se articular para que possamos desenvolver novas práticas e formas de relações cotidianas positivas.

ATUAÇÃO PSICOLÓGICA ENTRE OS ÍNDIOS MACUXI NO MUNICÍPIO DE UIRAMUTÃ

O trabalho que foi desempenhado pelo psicólogo e que está sendo exposto neste estudo de caso se iniciou na instituição pública Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e após o período de um mês, criou-se o grupo Morî Wei que significa “bom dia” na língua indígena Macuxi.

Um dos mais importantes fatores de prevenção é a educação, fato indubitável para a saúde plena, tanto individual quanto coletiva. Nesse sentido, é importante considerar a educação abordando sexualidade e saúde reprodutiva, tanto no meio familiar quanto na escola, com abordagem científica, e nos programas de promoção à saúde (SANTOS e SOUZA, 2019).

Ao longo de dois anos o grupo Morî Wei desenvolveu, articulou e realizou diversas atividades sendo elas coletivas ou individuais. A quantidade de pessoas atendidas pelo grupo e seus integrantes de apoio chegou a 1.496 pessoas nos anos de 2018 até início de 2020. O grupo visitou um total de 17 comunidades indígenas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol e realizou 36 ações de prevenção social com quatro etnias (Patamona, Macuxi, Taurepang e Ingarikó).

Quando iniciei minhas atividades psicológicas, observei que as leis que regem o cenário nacional brasileiro divergem com a estrutura jurídica local das comunidades e entidades fiscalizadoras indígenas.

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

Em minha atuação como palestrante, professor de psicologia e psicólogo representante de instituição pública municipal, foi bem inovador, já que a maneira que utilizei para expressar as informações foi reavaliada e remodelada para que, as compreensões dos indígenas sobre as informações ministradas ficassem mais claras.

A escuta com lideranças locais e representantes das leis internas que regem toda estrutura de proteção dos povos originários, elucidou-me e muito nas metodologias de abordagem.

Inicialmente trabalhei muito combatendo as violações dos direitos humanos atuando pelo (CREAS) do município de Uiramutã. A escuta, objeto de trabalho do psicólogo foi o método mais importante para que eu pudesse traçar parâmetros da minha atuação orientativa em defesa do outro ali em conflito. Estar perto e poder desenvolver uma luz à frente das dificuldades apresentadas nos traz possibilidades de utilizar técnicas como a Psicoterapia Não-Diretiva entre outras abordagens importantes como traz a Psicanálise, a Psicologia Social e a Behaviorista.

> A Psicoterapia Não-Diretiva parte de conceitos que têm como base o impulso individual para o crescimento e para a saúde. Dá maior ênfase aos aspectos de sentimento do que aos intelectuais, enfatiza o presente do indivíduo em vez de seu passado, tem como maior foco de interesse o indivíduo e não o problema, e toma a própria relação terapêutica como uma experiência de crescimento. (MOREIRA, 2010)

Dentro das comunidades indígenas diversos casos surgiam como agressões físicas, verbais, coletivas, estupros, assassinatos, furtos, gestações de estupros, abandono de incapaz, vulnerabilidade social entre outros, fazem-nos refletir em que momento isso poderia agredir a evolução dos indígenas?

Através da minha atuação como psicólogo no (CREAS) tive que realizar a escuta especializada de todos os casos que surgiam. Nos casos de agressões contra mulheres, disparadamente era o que mais surgia em nossas demandas, tínhamos que nos munir de respaldos com documentos que protegem tanto os profissionais quanto os usuários.

Quando uma usuária chegava para relatar seu caso e buscar apoio, fazíamos o acolhimento da vítima, depois explicamos que a instituição funcionava como órgão de proteção social de média complexidade e que estaríamos ali para contribuir no que fosse ao nosso alcance, para que o agressor não pudesse retornar para sua vida, se assim ela desejar. Após essa verbalização apresentamos o termo de Livre e Consentido, onde a vítima passa a estar respaldada e que suas informações ali relatadas não poderiam ser expostas na sociedade e que somente profissionais que seguem o código de ética poderiam discutir sobre o caso. Após o respaldo de ambos os lados passamos a escutar o caso e buscarmos mais informações e maneiras de como poderíamos contribuir para a qualidade de vida da usuária.

Muitas mulheres indígenas passam a habitar na comunidade indígena onde reside a família do esposo, com isso de alguma maneira a mulher se vê impossibilitada de ser protegida ou até mesmo conseguir se retirar para sua comunidade indígena com os filhos e assim retornar para o seio de sua família em outra comunidade.

Em nossas visitas às comunidades, onde ocorreriam as agressões contra as mulheres, tínhamos que nos apresentar para as lideranças locais chamado de Primeiro Tuxaua (Liderança Máxima da Comunidade Indígena), Segundo Tuxaua e Conselheiros Indígenas. Após a

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

apresentação, passávamos a explicar o motivo da nossa intervenção com a família ali em questão. Todas as comunidades às quais visitamos era constituída por uma, duas ou mais famílias com grande número de pessoas, e em sua maioria casavam-se entre si ou com indígenas de outras comunidades e etnias.

No momento de mediação com o Tuxaua iniciei um hábito de sempre levar um exemplar do Estatuto da Criança e do Adolescente e um exemplar da Lei Maria da Penha. Para que de alguma maneira pudesse exemplificar o que estávamos dialogando. Por diversas vezes víamos o machismo e o descaso com a figura da mulher, isso nos chocava muito, mas de alguma maneira sabíamos que por se tratar de culturas com comportamentos primitivos bem enraizados, não podíamos em muitos casos contribuir com a proteção da mulher em sair do ambiente do agressor.

Algumas mulheres após nossas intervenções e orientações retornavam para seus agressores, como se não tivesse alternativa a não ser viver com o tipo de homem agressor, fazendo assim a mulher acreditar que o homem é a vítima das suas atitudes.

Todos da comunidade sabem o que acontece naquele espaço e quem está sendo afetado. Mesmo assim, tentamos diminuir nossa visibilidade dentro da comunidade. Outro ponto importante é que as crianças menores ficam o tempo todo perto de suas mães para saber o que fazíamos ali ou o que iríamos dizer. Uma curiosidade era o interior da maioria das casas dessas famílias que vivem nas comunidades indígenas, só existe um cômodo que é compartilhado por todos, então todas as crianças de alguma maneira poderiam ver seus pais realizarem atos sexuais, brigas ou discussões naquele espaço.

Muitos casos ligados a agressões contra as mulheres tinham que ser desligados, pois a maioria retornava para seus agressores devido a nossa falta de estrutura e poucos recursos de proteção não ser tão eficaz para essa proteção. A mulher agredida era convocada para que pudesse escutar do psicólogo e da assistente social que suas escolhas podem ter um impacto positivo ou negativo em sua vida, mas que de alguma maneira estaríamos de portas abertas caso necessitasse do nosso apoio para buscar nova qualidade de vida e a dos seus filhos. Após esse diálogo realizamos nossos relatórios pessoais de atendimento e ficávamos na espera do caso possivelmente retornar.

Outros casos do qual acompanhamos eram de crianças abandonadas por seus genitores, tanto pai quanto a mãe. Quando recebemos essas demandas em nossa instituição (CREAS) geralmente era apresentada por meio de solicitação do Tuxaua da comunidade para que pudéssemos mediar esse conflito e poder contribuir na qualidade de vida das pessoas violadas.

A maioria dos casos que tínhamos era de crianças que foram abandonadas pelos pais, deixando a responsabilidade integral para a mãe. Ao fazermos uma busca ativa de informações, através dos membros familiares, passávamos a ter uma difícil missão de poder contatar esse pai indígena, que não obtinha qualquer veículo de comunicação para que de alguma maneira pudesse estar ciente das suas obrigações e responsabilidades com seus filhos. Muitos pais não eram encontrados, ficando assim a responsabilidade total dos filhos para as mães. Em alguns casos a mãe de alguma maneira passava a procurar a família do pai de seus filhos para pedir ajuda na compra de alimentos e outros materiais necessários.

A simplicidade com que essas pessoas vivem é surreal, suas habitações feitas de galhos de árvores e barro mostravam para nossa equipe que realmente o que importa é alimentar-se bem e poder ter um ambiente de respeito e com boas relações sociais. Para essas mães que

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

passam a cuidar dos seus filhos sozinhos, só resta o apoio dos seus pais ou dos avós por parte da família do pai das crianças.

Alguns programas do governo como Bolsa Família ou BPC eram orientados na maioria dos casos, no intuito de contribuir no desenvolvimento e qualidade de vida dessas crianças. A contribuição significativa das transferências de renda para a diminuição da desigualdade se deve tanto ao aumento no valor dos benefícios indexados ao salário mínimo (SM) (aposentadorias, pensões e BPC) quanto à cobertura dos programas sociais (TAVARES et al., 2009, p. 26).

Por ser uma comunidade indígena muitas vezes os pais que passavam a abandonar os filhos eram parentes desses líderes. Alguns líderes não atuavam contra seus parentes e outros nos pediam ajuda devido à condição ruim dos filhos que em conflito ali estavam.

Um dos nossos maiores entraves é que muitas crianças não possuem registro e a justiça itinerante muitas vezes omissa em sua atuação, não contribui com esse serviço nas comunidades indígenas. Sendo assim muitos pais ficam livres de qualquer punição em relação ao abandono dos filhos.

Nossa orientação como profissionais fica defasada, pois a rede de proteção que deveria ter toda equipe de articulação em sintonia se vê toda desarticulada e ineficiente muitas vezes. Nos casos que conseguimos a intervenção com o pai, buscamos uma mediação dos seus ganhos para que pudesse sobreviver e ajudar seus filhos nas necessidades básicas. Em situações onde não encontrávamos um dos genitores, buscamos ajuda das lideranças dessas comunidades ou até mesmo de parentes próximos para que pudesse contribuir nos cuidados básicos dessas crianças.

Uma de nossas outras intervenções era nos casos de violações ligadas aos benefícios do Bolsa Família e BPC. Muitas famílias obtinham as informações dos agentes do Cadastro Único na realização de suas inscrições até o recebimento do cartão do benefício. Em suma, a maneira como o governo brasileiro vem tratando de gerar desenvolvimento social aos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, mais especialmente os residentes em UC, é pela transferência de renda. Aqueles que habitam fora dessas áreas estão à mercê de políticas públicas e as que existem são inadequadas à realidade amazônica (CHAVES, 2001).

As famílias que tinham problemas com o bloqueio ou cancelamento do benefício são encaminhadas para a equipe do CADÚNICO, as famílias que vivenciam conflitos por parte de algum familiar que obtinha a posse indevida ou devida do cartão, nós marcamos uma reunião com essas famílias para mediar os conflitos e compreender os reais motivos do mau uso do benefício e se de alguma maneira os direitos das crianças estavam sendo violados. Na maioria dos casos o pai ou a mãe gerava conflito, pois utilizavam o benefício do Bolsa Família para ingerir bebidas alcoólicas. Quando estávamos com os responsáveis pelo benefício, orientamos que pudesse dar mais atenção às necessidades dos filhos e ao ambiente familiar e que o trabalho além do benefício poderia lhe proporcionar o que necessitava.

Muitas famílias conseguiram enxergar as possíveis mudanças nos hábitos que por sua vez vinham incomodando o ambiente familiar. Outras famílias recebiam nossas orientações, mas após nossa intervenção continuavam com seus caminhos de conflito. Os líderes dessas comunidades que nos comunicavam dos conflitos ligados aos benefícios nos procuravam novamente quando havia novos conflitos e nos pediam nova intervenção e orientação de como poderia mediar na comunidade.

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

As comunidades indígenas possuem os conselheiros, através desses agentes de mediação apresentamos as leis que regem o não indígena como uma possibilidade de frear os conflitos nessas comunidades indígenas. Após algumas orientações acompanhamos os casos até o desligamento.

Nos conflitos relacionados ao benefício do (BPC) surgiram países que alienaram o recurso de seus filhos para utilizá-lo com bebidas alcoólicas. A metodologia de intervenção é praticamente a mesma, o que difere são as deficiências das crianças ou adultos no caso. De acordo com a deficiência acionamos a equipe básica de saúde do município para que pudesse realizar suas intervenções juntamente com o (CREAS) e assim buscar soluções para garantir os direitos dos beneficiários do (BPC).

Todas as intervenções realizadas individualmente pelo (CREAS) ou com outras equipes, desenvolvemos relatórios para respaldar a atuação dos profissionais frente às demandas existentes. Esses relatórios ficam arquivados nas instituições que participam das intervenções e quando solicitados por algum órgão jurídico encaminhamos um breve relato da situação e da atuação da equipe.

Nos casos encaminhados pela justiça, não recebemos qualquer ajuda dos órgãos de proteção jurídica para nos orientar ou nos ajudar com o progresso dos casos encaminhados. O que fazíamos com todos os casos foram encaminhamentos dos relatórios das visitas realizadas através do e-mail da instituição. A maioria das orientações que tivemos foi através da coordenadora estadual do (CREAS), muito foi esclarecido e orientado pela equipe da Divisão de Assistência de Média Complexidade (DAMC), que trabalha serviços de média complexidade e oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.

Todas as dúvidas de nossas atuações em campo foram mediadas pelos profissionais da (DAMC). A rede de proteção do município de Uiramutã foi muito elogiada pelo coordenador estadual do Selo (UNICEF), que observou de perto todo progresso dos profissionais em participar e desenvolver atividades voltadas à proteção da população local, sendo ela indígena ou não. Em minha atuação como psicólogo no município de Uiramutã dois profissionais foram altamente importantes no desenvolvimento dos trabalhos de proteção social tanto básica quanto de média complexidade. O enfermeiro Francisco Ferreira Filho na época (Enfermeiro Coordenador da Unidade Básica de Saúde David Cavalcante) e o Professor Giovany Lopes Sacramento na época (Chefe do Departamento de Ensino Municipal).

Esses profissionais contribuíram para que a psicologia pudesse chegar às comunidades mais distantes no município de Uiramutã. Mesmo sendo psicólogo do (CREAS), de alguma maneira esses profissionais se empenharam nas diversas ações voltadas à saúde, educação e assistência social.

Como pode um psicólogo desenvolver um trabalho em terras indígenas contra violações humanas? Através dessas perguntas comecei a buscar contextos históricos com os locais mais antigos da região ao qual habitava. Eu habitei a sede do município de Uiramutã que continha uma grande quantidade de comunidades indígenas ao redor da sede municipal.

Por muitas vezes tive a oportunidade de fazer visitas espontâneas para me aprofundar na realidade local. Outra estratégia surgiu em minha atuação psicológica social na pesquisa histórica local. Montar um quebra cabeça era o sentimento que pairava em minha atuação com os povos locais, poder traçar uma linha de atuação e orientação para os diversos conflitos

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

existentes levaria muito tempo, algo do qual eu não possuía. Tive a oportunidade de me tornar professor nas instituições RHEMA Cursos Técnicos e FARLAB Cursos, instituições essas que proporcionam cursos técnicos e livres para a população indígena e não indígena de Uiramutã.

Muitos foram os momentos de diálogo sobre o viver daqueles povos que ali se desenvolviam há muitos anos. Os conteúdos históricos dos locais mais antigos me acrescentavam e instruíam de certa maneira em como poderia montar as estratégias de orientação e atuação com os povos indígenas. Para compreender o dialeto local de uma das etnias mais numerosas, tive que realizar um curso de língua materna Macuxi na instituição FARLAB Cursos.

Quando abordava as pessoas em minhas intervenções cumprimentava dizendo **Priya nan?**/Saudações. Quando um profissional passa a realizar em seu discurso o dialeto local evidentemente a uma aceitação mais amigável por parte dos integrantes da comunidade que sempre respondia com alegria quando um **KARAIWA**/homem branco se apresentava a eles.

Muitas frases eram inseridas no meu contexto de atuação, para que assim eu pudesse mostrar à população local o devido respeito e dedicação em reconhecer que eu deveria aprender mais para poder atuar e não impor meu dialeto ou maneira de me expressar e dialogar. Vou colocar aqui algumas das frases que eu mais utilizava em minhas intervenções com famílias ou com todos reunidos nas comunidades. São elas: **Anî a tese?** (Como é teu nome?), **Uurînîkon Esenyakamanto** (Nosso trabalho), **Priya Won** (Saúde), **Esenupanto Yewî** (Escola), **Uyonpayamî** (Os Parentes), ***Eretekî***, (Sente-se), ***Morî pe nan?*** (Você está bem?), ***Inna, morî pe wai. (Sim, estou bem.), Anî ayase'?*** (Como é teu nome?), ***Use'*** (Meu nome é), ***Anî Itese'?*** (Qual o nome dele?).

Mesmo apresentando uma quantidade ainda limitada do meu conhecimento na língua materna Macuxi, enxerguei a importância em me enriquecer com a diversidade do povo local, ao qual eu estava inserido. Ultrapassar as barreiras lógicas da atuação psicológica me mostrou que a psicologia ainda tem muito a evoluir dentro da relação de atuação psicológica em terras indígenas indígena no Brasil. Na busca pelo conhecimento, passei a pesquisar em sites de cunho acadêmico por informações mais contundentes e que de alguma forma me mostraria um norte de como um psicólogo poderia atuar com etnias indígenas no extremo norte do Brasil. Obtive muita dificuldade em encontrar informações nesses sites acadêmicos, uma vez que pouco conteúdo sobre psicologia e povos indígenas de Roraima tenha sido elaborado.

Para que pudesse construir um parâmetro de atuação profissional psicológica, iniciei leituras de artigos científicos sobre profissionais de psicologia e outras áreas da saúde junto aos povos indígenas no Brasil. Realizei diversos cursos de capacitação como *"Extensão Universitária "Prevenção do Uso de Drogas – Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias", "Gestão do CREAS", "Básico de Língua Materna Indígena Macuxi", "Prevenção ao Suicídio", "Gestão da Clínica na Atenção Básica", "O Fazer da Saúde Indígena", "Atenção Integral à Saúde da Mulher em Situação de Violência", "Atenção Integral à Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas", Atualização sobre a Organização e Ofertados Serviços da Proteção Social Especial", "Atualização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Covid-19",* entre outros. Por alguns meses eu realizava meu trabalho diário e em campo, mas permanecia com a leitura acadêmica até construir minha estratégia com os povos indígenas locais.

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

Uma das grandes dificuldades foi à linguagem, pois os homens e mulheres mais antigos das comunidades não falam a língua portuguesa, com isso tive que realizar um curso de língua materna na etnia Macuxi para poder compreender um pouco algumas falas. Foi muito importante a presença de familiares desses indígenas idosos, eles traduziam todo conhecimento e aprendizado nos diálogos realizados nas minhas intervenções.

Além de estar com Tuxauas (lideranças indígenas), pude estar também com outras entidades que realizavam trabalhos muito importantes como curandeiros, pajés, lideranças indígenas femininas, seguranças da comunidade indígenas, entidades religiosas locais, garimpeiros locais, professores indígenas, equipes de saúde indígena da SESAI (Secretaria de Saúde Indígena), DSEI Leste (Distrito Sanitário Especial Indígena Leste) de Roraima. Toda informação contida nos diálogos auxiliou na construção das orientações mediante a cultura local, sempre respeitando suas regras de convívio e desenvolvimento. Cada comunidade no qual visitei, possuía seu próprio regimento, mesmo existindo o código de conduta das instituições do CIR (Conselho Indígena de Roraima), SODIUR (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima) e os Ingarikós.

Ao realizarmos algumas ações de prevenção atuando pelo CREAS e com o grupo Morî Wei, pude abordar temas como bullying, gravidez na adolescência, o uso abusivo de álcool e outras drogas, agressão contra a mulher e seus malefícios, o abuso de bebidas típicas em adultos e crianças, os tipos de violências existentes nas comunidades indígenas, CREAS e suas competências, qual o trabalho do psicólogo na sociedade, a importância do afeto entre os membros da comunidade e a importância de preservar os aprendizados da cultura local e a importância de preservar as crianças para o futuro da comunidade. Durante dois anos de atuação fui a lugares que um profissional de psicologia jamais chegaria ao município de Uiramutã.

As diversidades culturais e o acolhimento dessas comunidades com meu trabalho foi algo que me surpreendeu muito. Cada comunidade da qual visitei tinha uma particularidade e através disso meu olhar clínico moldava toda uma abordagem de atuação. Ser uma pessoa comunicativa, pouco exigente com a simplicidade, que respeita a diferença dos outros, pouco crítica com o que vê ou escuta, aventureira e acima de tudo um profissional dedicado a buscar conhecimento, podem direcionar o profissional que deseja atuar com comunidades indígenas nas mais diferentes etnias.

Todo progresso, erros e acertos são de alguma maneira um aprendizado para que cada dia o profissional de psicologia possa melhorar sua capacidade de atuação com os povos originários do Brasil. As experiências que obtive colaboraram muito para que outros profissionais pudessem enxergar sua atuação dentro e fora das comunidades indígenas no município. Poder me relacionar com todos os profissionais de saúde, educação e assistência social só enriqueceu meu conhecimento e aprimorou todo conceito de ser, estar e pertencer como psicólogo aos limites e avanços que essa profissão trará ao longo dos anos como psicólogo no estado de Roraima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação profissional apresentada pretende melhorar a visão de profissionais de psicologia que decidem trabalhar em terras indígenas. Devemos considerar as habilidades necessárias apresentadas como um possível norte para o desenvolvimento das relações éticas, profissionais e às futuras atuações dos profissionais de psicologia quanto outros que possam

atuar em regiões/reservas indígenas. Por isso, a *abordagem centrada na pessoa*, associada a técnicas Psicanalíticas de escuta e a Psicoterapia Breve aos processos de inserção, aprendizagem e desenvolvimento profissional podem contribuir para o melhor resultado das atuações profissionais com povos originários, além de agregar na harmonia entre os profissionais, lideranças indígenas, poder público e sociedade indígena local.

Compreender a intervenção psicológica nas comunidades indígenas requer do profissional habilitado, o olhar frente às demandas existentes e com isso poder se posicionar com relação a diversas barreiras que surgem de acordo com as atuações, análises e demandas. Embora os conhecimentos psicológicos encontrem uma grande dispersão por distintos campos da ação humana, as teorias da personalidade talvez possam assumir um lugar excepcional, sobretudo porque a partir delas, pode-se compreender a visão de homem e de mundo. Visões estas que tornam subentendidas as posturas dos psicólogos que atuam em diferentes áreas (BERNI 2010).

As colocações descritas aqui apontam o propósito para um diálogo entre psicólogos, lideranças indígenas, profissionais de outras áreas em especial, antropólogos, saúde, educação e assistência social. Esperamos que diálogos possam surgir e contribuir para uma melhor qualidade de vida para os povos originários do Brasil.

REFERÊNCIAS

BERNI, L. E. V. Percepções sobre os encontros interdisciplinares. In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org.). Psicologia e povos indígenas. São Paulo: CRP-SP, 2010. P.10 34.

BRASIL, Presidência da República-Casa Civil-Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999. Disponível < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9836.htm>. Acesso 01 dez. 2020.

CHAVES, M. P. S. R. Uma experiência de Pesquisa-ação para gestão de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Doutorado em Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. (2001).

FUCILINI, L. P. O Psicólogo na Comunidade Indígena: reflexões sobre intervenções da psicologia na área indígena. Ijuí, 2019.

GARFUNKEL, Joana. Promoção da saúde mental indígena: a experiência da casai SP. In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (Org.). Psicologia e povos indígenas. – São Paulo: CRPSP, 2010.

CALEGARE, M. G. A. Questões à Psicologia Social a partir de experiências em comunidades ribeirinhas amazônicas. In: LIMA, A. (Org.). Psicologia Social Crítica Paralaxes do Contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 197-218.

HALBWACHS, Maurice. Les cadres sociaux de la mémoire. Paris: Presses Universitaires de France, 1925;

MELATTI, Júlio Cezar. Índios do Brasil. São Paulo: Ed. USP, 2007.

MACEDO, M. K. Mônica Falcão N. B. Carolina. A escuta na psicanálise e a psicanálise da escuta Psychê. vol. IX, núm. 15, janeiro-junho, 2005, pp. 65-76 Universidade São Marcos São Paulo, Brasil.

MOREIRA, Virginia. Revisitando as fases da abordagem centrada na pessoa. Estudo de Psicologia. Campinas-SP, p.537-544. 2010.

NICOLESCU, Basarab. Transdisciplinarity past, present and future: II Congresso Mundial da Transdisciplinaridade, Vila Velha, SC, 2005. Disponível em: <www.cetrans.com.br>. Acesso 01 dez. 2018.

SANTOS, K. F.; SOUZA, I. Prevenção da gravidez na adolescência. Departamento Científico de Adolescência - Sociedade Brasileira de Pediatria. 2019.

SANTEIRO, T. V. Psicoterapia Breve Psicodinâmica Preventiva: Pesquisa Exploratória de Resultados e Acompanhamento. Maringá, v. 13, n. 4, p. 761-770, out./dez. 2008.

TAVARES, P. A. et al. Uma avaliação do programa bolsa família: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza. Pesquisa e planejamento econômico - PPE, vol. 39, n. 1, abr., p. 25-58. (2009).

TEIXEIRA, L. C. Histórico das ações realizadas pelo CRP-SP. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (Org.). Psicologia e Povos Indígenas. São Paulo: CRP-SP, 2010. p.7.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BRASIL. Diário de Justiça da União. 2010. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/>. Acesso 20 mar. 2021.

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

DISCALCULIA
DYSCALCULIA
DISCALCULIA

Greison Dimas da Silva
Djalma Coriolano da Silva Júnior

SILVA, Greison Dimas da; SILVA JÚNIOR, Djalma Coriolano da. **Discalculia.** Revista Internacional Integralize Scientific. Ed., n. 15, p.23-31, setembro/2022, ISSN/2675-5203.

RESUMO
A Discalculia é uma desordem neurológica específica que afeta a habilidade de uma pessoa de compreender e manipular números. E já a matemática é uma ciência que estuda as propriedades e as relações entre os números. O artigo científico mostrará, a partir de uma pesquisa bibliográfica, que as definições das palavras Discalculia, Matemática, Cérebro, e também a palavra Lúdico, nos auxiliará a estabelecer caminhos na identificação de pessoas com esse transtorno, não sendo assim um diagnóstico definitivo é preciso, mas sim, uma avaliação. E para saber também, se o lúdico é uma importante ferramenta para o ensino da matemática, promovendo por meio de atividades práticas/lúdicas verificando se as mesmas estarão ajudando na compreensão de definições e símbolos matemáticos. Este é o resumo do seu projeto. Ele é um elemento obrigatório pelas normas da ABNT e o tamanho recomendado é de 150 a 500 palavras. Nele você deve apresentar de forma sintética os pontos principais do trabalho. Utilize a terceira pessoa do singular, na voz ativa. Procure utilizar frases claras, afirmativas e evite enumeração de tópicos. Ressalte o objetivo, o método, os resultados e as conclusões obtidas no estudo. A primeira frase deve destacar o tema principal do trabalho. Abaixo do resumo você encontra as palavras chave, que serão utilizadas para a catalogação dos trabalhos na biblioteca. Utilize de 3 a 5 palavras separadas por ponto.
Palavras-chave: Matemática. Lúdico. Discalculia. Cérebro. Atividades.

ABSTRACT
Dyscalculia is a specific neurological disorder that affects a person's ability to understand and manipulate numbers. And mathematics is a science that studies the properties and relationships between numbers. The scientific article will show, from a bibliographical research, that the definitions of the words Dyscalculia, Mathematics, Brain, and also the word Lúdico, will help us to establish ways in the identification of people with this disorder, not being a definitive and accurate diagnosis. but rather, an assessment. And also to find out if the ludic is an important tool for teaching mathematics, promoting through practical/ludic activities, verifying if they will be helping in the understanding of mathematical definitions and symbols. This is your project summary. It is a mandatory element by ABNT standards and the recommended length is 150 to 500 words. In it you should present in a synthetic way the main points of the work. Use the third person singular, in the active voice. Try to use clear, affirmative sentences and avoid listing topics. Highlight the objective, method, results and conclusions obtained in the study. The first sentence should highlight the main theme of the work. Below the abstract you will find the keywords, which will be used for the cataloging of works in the library. Use 3 to 5 words separated by a period.
Keywords: Mathematics. Ludic. Dyscalculia. Brain. Activities.

RESUMEN
La discalculia es un trastorno neurológico específico que afecta la capacidad de una persona para comprender y manipular números. Y las matemáticas son una ciencia que estudia las propiedades y relaciones entre los números. El artículo científico mostrará, a partir de una investigación bibliográfica, que las definiciones de las palabras Discalculia, Matemáticas, Cerebro, y también la palabra Lúdico, nos ayudarán a establecer formas en la identificación de las personas con este trastorno, no siendo una definición definitiva y certera. diagnóstico. , sino más bien, una valoración. Y también averiguar si la lúdica es una herramienta importante para la enseñanza de las matemáticas, promoviendo a través de actividades prácticas/lúdicas, verificando si estarán ayudando en la comprensión de las definiciones y símbolos matemáticos. Este es el resumen de su proyecto. Es un elemento obligatorio por los estándares de la ABNT y la extensión recomendada es de 150 a 500 palabras. En él deberás

presentar de manera sintética los puntos principales del trabajo. Usa la tercera persona del singular, en voz activa. Trate de usar oraciones claras y afirmativas y evite enumerar temas. Destacar el objetivo, método, resultados y conclusiones obtenidos en el estudio. La primera oración debe resaltar el tema principal del trabajo. Debajo del resumen encontrará las palabras clave que se utilizarán para la catalogación de las obras en la biblioteca. Utilice de 3 a 5 palabras separadas por un punto.
Palabras clave: Matemáticas. Lúdico. Discalculia. Cérebro. Actividades.

INTRODUÇÃO

O cérebro é o mais importante e necessário órgão para o nosso desenvolvimento em todos os aspectos em nossa vida, e a parte responsável pelo raciocínio lógico é o lobo frontal, que também é importante no planejamento de ações e pelo pensamento abstrato. Quando notamos que certo indivíduo não se desenvolve bem no raciocínio lógico, verificamos que algo está errado nessa região do cérebro, então o que iremos tratar nesse artigo científico é como intervir nessa dificuldade de aprendizagem, e iremos definir essa dificuldade, chamada de Discalculia.

A Discalculia é uma desordem neurológica específica que afeta a habilidade de uma pessoa de compreender e manipular números.

Segundo Garcia (1998, p. 213) a Discalculia é classificada em seis subtipos, podendo ocorrer em combinações diferentes e com outros transtornos de aprendizagem. ” Uma das maneiras de ajudar pessoas com a Discalculia é o lúdico.

Lúdico é um adjetivo masculino com origem no latim ludus, que remete aos jogos e divertimento. Sendo assim, o foco central desse artigo científico é sabermos a importância do lúdico para pessoas discalculias, e assim abordaremos algumas atividades lúdicas necessárias para auxiliar os indivíduos com dificuldades de aprendizagem na matemática.

Portanto, este artigo científico enfatiza, a partir de uma pesquisa bibliográfica, a necessidade de o professor possibilitar inúmeras oportunidades para que seu aluno possa de fato expressar-se e ser ouvido, pois é a partir das atividades lúdicas que o indivíduo potencializará sua criatividade e contribuirá para o seu desenvolvimento intelectual.

DISCALCULIA

O Tema proposto para ser pesquisado é verificar se o Lúdico pode ser utilizado como uma ferramenta para o ensino da matemática, e como saber se pode ser uma ferramenta, é preciso estabelecer estratégias para nos fornecer informações precisas para definirmos e conceituarmos os termos: Cérebro, Discalculia e Lúdico.

As estratégias existentes para realizarmos a busca por informações são: os livros, teses, dissertações, artigos, internet (blogs, sites) e revistas. Mas, como a princípio temos o Tema e mais nenhuma informação, é necessário traçar um planejamento com possíveis estratégias de consulta e assim começar o artigo científico.

No planejamento, estabelece quais estratégias ou qual estratégia, já está disponível para ser consultada e assim obter as informações necessárias para o desenvolvimento desse artigo científico.

Nesse, chegou-se à seguinte estratégia: a internet. Na internet é possível encontrar muitas informações para se chegar em definições, conceituações de vários temas e assim por diante.

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

Questiona-se qual é então a melhor maneira de utilizar e subtrair boas informações da internet, para assim se chegar no que foi proposto? A resposta para essa pergunta é exatamente por meio das plataformas de pesquisas, as quais auxiliam na busca de obtenção de informações necessárias e suficientes para definir e conceituar o Tema em questão.

Plataforma é veio do Francês, através de plate-forme, "apoio horizontal amplo", do Latim vulgar platta, do Grego platys, "achatado e largo, de superfície com pouco relevo", mais forma, do Latim forma, "aspecto, aparência, molde" (PALAVRA, 2010).

MATEMÁTICA E DISCALCULIA

A matemática é uma ciência que estuda as propriedades e as relações entre os números, e constitui uma ferramenta de extrema importância para as pessoas, em termos de sociedade e de sobrevivência, pois a necessidade de lidar com os números e realizar cálculos está presente na prática do dia-a-dia. Praticamente a matemática está presente em tudo em nossa volta, por exemplo, nas construções de casas e edifícios, onde os cálculos são precisos e de extrema importância. Até uma simples dona de casa usa medidores de massa (kg) em sua cozinha para fazer suas receitas. Ela nem sabe, mas está sempre conectada com a matemática.

A seguir conceituar Discalculia segundo um autor desconhecido, encontrado num blog chamado Mundo Educação:

> Discalculia é uma má formação neurológica que provoca transtornos na aprendizagem de tudo o que se relaciona a números, como fazer operações matemáticas, fazer classificações, dificuldades em entender os conceitos matemáticos, a aplicação da matemática no cotidiano e na sequenciação numérica. Pesquisa bibliográfica (estado da arte) de uma situação concreta desconhecida em um dado local, alguém ou um grupo, em algum lugar, lá deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida. Umas pessoas de tais fontes, documentais ou bibliográficas, torna-se imprescindível para que não haja duplicação de esforços. (MUNDO EDUCAÇÃO, 2020).

A Discalculia é uma desordem neurológica específica que afeta a habilidade de uma pessoa de compreender e manipular números. Essa é uma definição encontrada na pesquisa do Google, mesmo não tendo referências sobre a Discalculia, tentaremos aqui definir e conceituar, e iremos assim adicionando conhecimento em nosso artigo. Muitas dúvidas surgem durante essa pesquisa, devido ao seu complexo significado e também da dificuldade de diagnosticarmos de maneira precisa e definitiva.

Muitos citam que os problemas na aprendizagem de matemática são apontados em todos os níveis de ensino, e de geração a matemática ocupa o posto de disciplina mais difícil e odiada, o que torna difícil sua assimilação pelos alunos. Por isso, antes de falar em dificuldades de aprendizagem em matemática é necessário verificar se o problema não está no currículo ou na metodologia utilizada.

De acordo com o DSM - IV (APA, 2002, p. 44), "transtornos da aprendizagem são diagnosticados quando os resultados do indivíduo em testes padronizados e individualmente administrados de leitura matemática escrita, estão substancialmente abaixo do esperado para sua idade, escolarização e nível de inteligência."

Com base nessa citação, notamos que a Discalculia é um transtorno de aprendizagem difícil de ser diagnosticado de imediato e com precisão. É necessária uma equipe

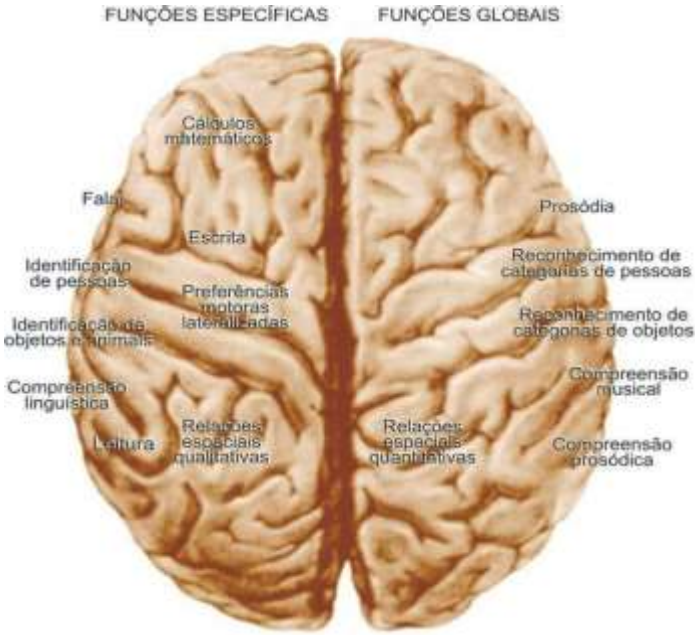
Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

multidisciplinar para ser feito o diagnóstico. Com base em testes feitos por essa equipe, analisar-se-á, discutir-se-á, qual será o subtipo de Discalculia que acomete o indivíduo em avaliação. Os subtipos existentes são seis, são eles: Discalculia Verbal; Discalculia Practognóstica; Discalculia Léxica; Discalculia Gráfica; Discalculia Ideognóstica; e Discalculia Operacional.

O cérebro é o mais importante e necessário órgão para o nosso desenvolvimento em todos os aspectos em nossa vida, e a parte responsável pelo raciocínio lógico é o hemisfério esquerdo do cérebro, que também é importante no planejamento de ações e pelo pensamento abstrato. Sendo assim, se um indivíduo sofre uma lesão nesse lado do cérebro, os danos podem ser também em seu raciocínio lógico.

Foi definido anteriormente que a Discalculia pode decorrer dessa lesão, e geralmente a dificuldade em aprender matemática, pode ter várias causas. Uma das várias causas, citaremos as limitações dos professores, na busca por um diagnóstico preciso para qualquer subtipo de Discalculia, e que só será possível por meio de uma equipe especializada, voltada para as questões educacionais.

Figura 1. Funções diferenciadas dos hemisférios especializados



Fonte: Lent (2001, p. 645)

Para Novaes (2007), “a real etiologia dos transtornos de aprendizagem ainda não foi esclarecida pelos cientistas, embora existam algumas hipóteses sobre suas. Há uma suposição de precedências de fatores biológicos, os quais interagem com fatores não-biológicos.”

Segundo Novaes (2007), “os transtornos de aprendizagem não foram precisamente esclarecidos, e isso nos leva a pensar que essa Discalculia pode ser causada por outros fatores.”

Por isso é preciso que os professores estejam atentos aos questionamentos dos alunos, ou ausência de participação, bem como se a criança está interagindo, dispersa ou que não está aprendendo, de modo que estas observações ao final de um determinado período contribuam

para a confecção de um diagnóstico, e essas crianças possam ser encaminhadas à profissionais especializados como um (psicopedagogo ou até mesmo um neuropsicopedagogo).

Fragoso Neto (2007), comenta que "para ser considerado um transtorno, a dificuldade de aprendizagem deve estar presente desde o início da vida escolar, não sendo adquirida ao longo da escolarização e, em consequência de falta de oportunidades de aprender, interrupções na escolarização, traumatismo ou doença cerebral." Fragoso acredita que o diagnóstico tem que ser feito desde o início da escolarização, pois somente assim conseguiremos identificar essa dificuldade de aprendizagem.

A Discalculia é um transtorno de aprendizagem, que pode ser amenizada por meio de intervenções adequadas, mas antes devemos realmente ter a certeza de que se trata de uma Discalculia, e ao mesmo tempo verificar quais dos subtipos e se vem acompanhada de uma outra comorbidade. E nesse artigo tentaremos definir o que venha a ser ludicidade, e analisar se as atividades lúdicas podem ser consideradas como uma ferramenta de intervenção.

LUDICIDADE COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA

Conforme a definição pesquisada no Google, o que venha a ser a palavra lúdico, podemos definir da seguinte maneira:

Lúdico é um adjetivo masculino com origem no latim ludus que remete para jogos e divertimentos. Dessa definição deriva-se a palavra ludicidade, e Ludicidade é a forma de desenvolver a criatividade, os conhecimentos, através de jogos, música e dança.

O intuito é educar, ensinar, divertir-se e interagir com os outros. O primeiro significado do jogo é o de ser lúdico (ensinar e aprender se divertindo). O lúdico está em todas as atividades que despertam o prazer.

O artigo tem como foco central saber se o lúdico pode ser usado como ferramenta para ensinarmos a matemática, e diminuir a dificuldade das pessoas discalculias. Sabendo-se que o lúdico pode ser uma ferramenta. Citaremos algumas atividades lúdicas que provavelmente ajudarão esses alunos discalcúlicos.

Alguém deve estar se perguntando o que venha a ser atividades lúdicas, ou seja, sua definição ou conceito, segue logo em seguida.

Uma atividade lúdica é uma atividade de entretenimento, que dá prazer e diverte as pessoas envolvidas, que nesse caso as pessoas são alunos. O conceito de atividades lúdicas está relacionado com o ludismo, ou seja, atividades relacionadas com jogos e com o ato de brincar.

A necessidade de possibilitarmos inúmeras oportunidades para que seu aluno possa de fato se expressar e ser ouvido, pois é a partir das atividades lúdicas que o indivíduo potencializa sua criatividade contribuindo para o seu desenvolvimento intelectual.

Friedmann (1996, p. 55), afirma que "a aprendizagem depende grande parte da motivação: as necessidades e os interesses da criança são mais importantes que qualquer outra razão para que ela se ligue a uma atividade." Verificamos nessa fala desse autor que, aprender brincando é muito prazeroso e faz com que os professores consigam atingir seus objetivos que é ensinar. Com base nessas informações anteriores, podemos citar algumas atividades que proporcionam esse devido prazer aos alunos que aprendem brincando e também se divertindo.

As atividades lúdicas que podemos citar são elas: Jogos dos cubos e das garrafas, essa atividade visa verificar as noções de tamanho (grande/pequeno) conforme. Figura 2 e figura 3, e a capacidade de percepção espacial e a atenção da criança; Sudoku é uma atividade que

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

desenvolve a estruturação espaço temporal, promove o raciocínio lógico, e desenvolve a atenção, concentração e percepção visual. Todas essas atividades lúdicas citadas anteriormente, são exercícios que envolvem números, contagem e desenvolvem a concentração, que é uma maneira de intervir em alunos discalcúlicos.

Figura 2 — Jogo dos cubos

Fonte: Carvalho e Hennemann (2012)

Figura 3 — Jogo das garrafas

Fonte: Carvalho e Hennemann (2012)

Notamos que o lúdico é uma das ferramentas importantes para ajudar no processo do ensino aprendizagem da matemática de muitos alunos discalcúlicos, pois iram aprender brincando e também se divertindo. E compreenderam as definições e símbolos matemáticos, podendo assim desenvolver seu raciocínio lógico preciso no decorrer de sua vida escolar.

OS JOGOS NA MATEMÁTICA

A palavra jogo, do latim joco, significa, etimologicamente, gracejo e zombaria, sendo empregada no lugar de ludus, que representa brinquedo, jogo, divertimento e passatempo (GRANDO, 1995).

Independentemente das várias concepções existentes, a palavra jogo, muitas vezes, denota sentimento de alegria, prazer e trata-se de uma atividade que possivelmente permite uma ponte para algum conhecimento. É uma atividade autônoma característica da infância, na

medida em que expressa a maneira como a criança vê o mundo (meio físico e cultural) e busca compreendê-lo.

Os jogos, ultimamente, vêm ganhando espaço em nossas escolas, numa tentativa de trazer o lúdico para dentro da sala de aula. A pretensão da maioria dos professores, com a utilização, é a de tornar as aulas mais agradáveis com o intuito de fazer com que a aprendizagem se torne algo fascinante.

Além disso, as atividades lúdicas podem ser consideradas como uma estratégia que estimula o raciocínio levando o aluno a enfrentar situações conflitantes relacionadas com seu cotidiano e, também, a utilização dos jogos vem confirmar o valor formativo da matemática, não no sentido apenas de auxiliar na estruturação do pensamento e do raciocínio dedutivo, mas também, de auxiliar na aquisição de atitudes.

Penso que através de jogos, é possível desenvolvermos no aluno, além de habilidades matemáticas, a sua concentração, a sua curiosidade, a consciência de grupo, o coleguismo, o companheirismo, a sua autoconfiança e a sua autoestima. Para tanto, o jogo passa a ser visto como um agente cognitivo que auxilia o aluno a agir livremente sobre suas ações e decisões fazendo com que ele desenvolva além do conhecimento matemático também a linguagem, pois em muitos momentos será instigado a posicionar-se criticamente frente a alguma situação.

Além disso, na sociedade em que vivemos, designados por alguns como a sociedade da informação ou a sociedade do conhecimento, novas habilidades passam a ser exigidas não só no mercado de trabalho como, também, na vida social dos cidadãos. Efeito disso, a capacidade de resolver problemas, utilizar a imaginação e a criatividade passam a ser requisitos cada vez mais indispensáveis.

Enquanto a capacidade de memorização, repetição e mecanização se tornam insuficientes frente à eficácia do computador e das máquinas em geral.

Nessa perspectiva, acredito que se utilizarmos jogos no ensino de matemática com a pretensão de resgatar a vontade das crianças em aprender e conhecer mais sobre essa disciplina, eliminando sua área de "bicho-papão".

Mudaremos com isso, até mesmo o ambiente e a disposição da sala de aula e a rotina de todos os dias, levando o aluno a envolver-se, cada vez mais, nas atividades propostas. De acordo com Groenwald Timm (2002), "A aprendizagem através de jogos, como dominó, palavras cruzadas, memória e outros permite que o aluno faça da aprendizagem um processo interessante e até divertido".

De acordo com as autoras, "Neste sentido verificamos que há três aspectos que por si só justificam a incorporação do jogo nas aulas. São estes: o caráter lúdico, o desenvolvimento de técnicas intelectuais e a formação de relações sociais". Na tentativa de mostrar como podemos atingir tais objetivos, pretendo abordar, mais adiante, alguns jogos, mostrando sua eficácia e o modo como ele de fato nos auxilia, não só no processo de ensino e aprendizagem da matemática como participante no desenvolvimento de um sentimento de autonomia, prazer e contentamento.

Nós, como professores de matemática, devemos perceber que, nem sempre, a resolução de exercícios desenvolve a capacidade de autonomia do aluno. Já, os jogos, "envolvem regras e interação social, e a possibilidade de fazer regras e tomar decisões juntos é essencial para o desenvolvimento da autonomia". (KAMMI; DECLARK, 1992, p. 172) e, são tomadas de decisões que fazem com que o aluno deixe de ser passivo.

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

Para que o nosso aluno seja preparado para exercer a cidadania dentro de um contexto democrático, é imprescindível que ele desenvolva determinadas competências que certamente podem ser oferecidas pelos jogos.

A boa convivência dentro de um grupo, por exemplo, depende de alguns fatores, tais como: desenvolvimento de pensamento divergente, capacidade de trabalhar em equipe, disposição para aceitar críticas, desenvolvimento do pensamento crítico, do saber comunicar-se, entre outros. Constatando-se, assim, que é importante investir cada vez mais em jogos que visem alcançar esses objetivos, bem porque, penso que tais competências dificilmente seriam desenvolvidas num ensino tradicional.

Atualmente, vemos em nossa sociedade, um grande desenvolvimento tecnológico e científico e, em contrapartida, um imenso descontentamento dos nossos alunos. Assim, temos a função, como educadores, de resgatar o desejo de aprender e, mais especificamente, o desejo de aprender matemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cérebro é um órgão importantíssimo para todos nós seres humanos, vimos que é por meio dele que o desenvolvimento do raciocínio matemático se inicia através de sinapses. É também nesse pequeno órgão que podemos abstrair e criar diversas coisas essenciais para o nosso crescimento. É no hemisfério esquerdo que isso ocorre, verificamos também se lesões acontecem nessa parte do cérebro, e é provável que um transtorno de aprendizagem pode ter seu início.

Define-se esse transtorno como uma desordem neurológica específica que afeta a habilidade de uma pessoa de compreender e manipular números, e partindo dessa definição chegamos a conceituar a palavra Discalculia.

A Discalculia é um transtorno de aprendizagem na matemática, onde alunos não conseguem identificar números e operacionalizá-los.

Conceituamos também a palavra lúdico, e chegamos na seguinte definição, é um adjetivo masculino com origem latim ludus que remete para jogos e divertimento, e como é desenvolvida essas brincadeiras, que são por meio de atividades/práticas.

Citamos algumas atividades lúdicas que contribuem para o desenvolvimento intelectual desses alunos.

Portanto, aprender matemática pode sim ser muito prazeroso e divertido, contribuindo nas intervenções necessárias para ajudar a muitos alunos discalcúlicos. Evitando assim, que muitos sejam rotulados, tendo sua vida condenada para o resto de sua vida.

A Ludicidade é uma ferramenta importantíssima para o ensino da matemática, e chegamos a essa afirmação, definindo as palavras cérebro, lúdico, atividades lúdicas e também a palavra Discalculia, com definições de alguns autores que também nos auxiliaram nessa afirmação.

Podemos então considerar que o lúdico é uma ferramenta para o ensino da matemática e uma intervenção dos especialistas ao aluno com Discalculia.

REFERÊNCIAS

AAP, ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM. Tradução Claudia Dornelles. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. Tradução de: DSM.

CARVALHO, Sheila; HENNEMANN, Ana Lúcia. Neurociências em Benefício da Educação. Novo Hamburgo, 2012. Disponível em: <https://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com/2012/09/discalculia-dicas- para-sala-de-aula.html>. Acesso 18 out. 2020.
MUNDOEDUCACAO. Discalculia. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.bol.uol.com.br/doencas/discalculia.htm>. Acesso 18 out. 2020. FRAGOSO NETO, Alfredo Francisco. Discalculia - Tropeçando em Números. 2007. Disponível em: <http://uniprofes.blogspot.com/2007/05/discalculia-tropeando- em-nmeros.html>. Acesso 18 out. 2020.
FRIEDMANN, Adriana. O Direito de Brincar. São Paulo: Scritta Editorial, 1996.
GARCIA, Jesus Nicasio. In: GARCIA, Jesus Nicasio. Manual de dificuldades de aprendizagem: linguagem, leitura escrita e Matemática. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 213.
GRANDO, Regina Célia. O jogo [e] suas possibilidades metodológicas no processo ensino-aprendizagem da matemática. Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
GROENWALD, Claudia Lisete Oliveira; TIMM, Ursula Tatiana. O uso de jogos matemáticos em sala de aula. Canoas: Ulbra, 2002.
KAMMI, Constance; DECLARK, Geórgia. Os Desafios da escola Pública Paranaense na perspectiva do professor PDE: Contribuições dos jogos no ensino da matemática. Paraná. Paraná, 1992. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_mat_unioeste_leandracristinabigarellascariot.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.
LEFT Brain and Right Brain: Aqui o cérebro está em todos. Até o Tálamo. 2011. Disponível em: <https://ateotalamo.wordpress.com/2011/03/07/left-brain-x-right-brain/>. Acesso 18 out. 2020.
LENT, Roberto. Cem Bilhões de Neurônios. 2. ed. 2001.
NOVAES, Maria Alice. Transtornos de Aprendizagem. Plenamente. 2007. Disponível em: <www.plenamente.com.br/diagnosticos7.htm>. Acesso em: 18 out. 2020.
ORIGEM DA PALAVRA. Palavra Plataforma. 2020. Disponível em <https://origemdapalavra.com.br/palavras/plataforma>. Acesso 27 dez. 2010

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: VERIFICAR SE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL, TODAS SÃO CONTEMPLADAS, NO QUE REGE A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

INCLUSIVE EDUCATION: VERIFY IF IN THE MUNICIPAL SCHOOLS OF CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL, ALL ARE COMPLETED, REGARDING THE POLICY OF INCLUSIVE EDUCATION

EDUCACIÓN INCLUSIVA: VERIFIQUE SI EN LAS ESCUELAS MUNICIPALES DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL, TODAS SE CUMPLAN CON LA POLÍTICA DE EDUCACIÓN INCLUSIVA

Greison Dimas da Silva

SILVA, Greison Dimas da. **Educação inclusiva: verificar se nas escolas municipais de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, todas são contempladas, no que rege a política da educação inclusiva.** Revista Internacional Integralize Scientific. Ed., n. 15, p.32-42, setembro/2022, ISSN/2675-5203.

Prof. O Dr. Hélio Sales Rios

SILVA, Greison Dimas da. RIOS, Hélio Sales; **Educação inclusiva: verificar se nas escolas municipais de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, todas são contempladas, no que rege a política da educação inclusiva.** Revista Internacional Integralize Scientific. Ed., n. 15, p.32-42, setembro/2022, ISSN/2675-5203.

Este Artigo foi orientado pelo Prof. Dr. Hélio Sales Rios, pesquisador *Master* do Centro Internacional de Pesquisas Integralize, que muito tem contribuído para excelência em pesquisas científicas.

RESUMO

O artigo tratará a partir de uma pesquisa bibliográfica dedutiva, e construirá juntamente com a semântica, os significados e mais as informações que auxiliarão a estabelecer caminhos para saber se as escolas Municipais de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, possui políticas públicas voltadas ao público alvo e como também se de fato são praticadas. Com base em informações colhidas junto à Secretaria Municipal de Educação/SEMED, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, e como também pelo seu site, iremos com base nessas informações saber-se-á se possui políticas voltadas ao público alvo (com Transtornos de Aprendizagem) em relação à Educação Inclusiva. E se de fato essas políticas voltadas ao público alvo são colocadas em prática em relação à Educação Inclusiva.
Palavras-Chave: Educação. Inclusive. Transtorno. Aprendizagem. Políticas.

ABSTRACT

The article will deal from a deductive bibliographical research, and will build together with the semantics, the meanings and more information that will help to establish ways to know if the Municipal schools of Campo Grande, Mato Grosso do Sul, have public policies aimed at the public target and also if they are actually practiced. Based on information collected from the Municipal Secretary of Education/SEMED, from Campo Grande, Mato Grosso do Sul, and also from its website, based on this information, we will know if it has policies aimed at the target public (with Disorders of Learning) in relation to Inclusive Education. And if in fact these policies aimed at the target audience are put into practice in relation to Inclusive Education.
Keywords: Education. Inclusive. Disorder. Learning. Policies.

RESUMEN

El artículo tratará de una investigación bibliográfica deductiva, y construirá junto con la semántica, los significados y más informaciones que ayudarán a establecer formas para saber si las escuelas municipales de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, tienen políticas públicas dirigidas a la público objetivo y también si realmente se practican. Con base en información recolectada de la Secretaría Municipal de Educación/SEMED, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, y también de su sitio web, con base en esa información, sabremos si tiene políticas dirigidas al público objetivo (con Trastornos del Aprendizaje) en relación con la Educación Inclusiva. Y si de hecho estas políticas dirigidas al público objetivo se ponen en práctica en relación con la Educación Inclusiva.
Palabras clave: Educación. Inclusivo. Trastorno. Aprendiendo. Políticas.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse Artigo Científico é verificar, nas escolas municipais de Campo Grande-Mato Grosso do Sul, se todas as instituições, são contempladas no que rege em relação à Política da Educação Inclusiva, para auxiliar nessa busca, é preciso termos como início, os significados de cada termo aqui utilizado, os Termos são: *Educação, Inclusiva, Política, Direito, Especial, Ensino, Regular, Deficiência, Transtorno, Aprendizagem* e assim acumulando informações. A Semântica é uma ferramenta muito útil na obtenção dos significados, e é interessante destacar outros autores renomados dessa área de estudo, seus conceitos dos termos anteriormente citados, são importantíssimos na verificação do objetivo, pois esses conceitos acrescentam muito na busca por respostas.

E na obtenção dos significados dos termos citados linhas atrás, o leitor conseguirá construir seu próprio conceito, e nessa construção, a origem dos termos será de suma importância. Na busca dessa origem, é necessário ir a décadas ou até mesmo séculos atrás, para enriquecer os conhecimentos até o momento adquiridos, e como se dará isso? Será por meio da história, e essa nos auxiliará na obtenção da origem dos termos em questão.

Por fim, o objetivo geral e como o específico, serão respondidos, partindo dos noves artigos da Constituição Federal, parte que cita sobre a Educação, e estabelecem regras sobre como supervisionar e normas para serem colocadas em prática as políticas de Educação, sendo esse o ponto de partida para respostas aos objetivos. A Educação é a linha de pesquisa considerada, sendo essa uma pesquisa bibliográfica dedutiva.

METODOLOGIA

Pesquisa realizada utilizando alguns autores da área da Educação, e sendo escrita com uma metodologia científica (em geral bibliográfica) dedutiva.

Os principais descritores são os seguintes: Freitas, Brandão e Freitas, como também são considerados os artigos da Constituição Federal, parte, onde organiza e estabelece regras para colocar em prática as políticas de Educação.

Sendo considerada nesta pesquisa, as plataformas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que estabelece todas as políticas necessárias e suficientes para organizar a Educação, e como também a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em todas as Instituições de Ensino.

A pesquisa levou em consideração de três a quatro artigos científicos de outros autores, mas nem todas as informações contidas nestes artigos científicos foram consideradas, pois não conseguiam responder aos objetivos, tanto o geral, como o específico.

A IMPORTÂNCIA DA SEMÂNTICA NA CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS, PARA AUXILIAR NO ESTABELECIMENTO DE PARÂMETROS, ACUMULANDO ASSIM INFORMAÇÕES IMPORTANTES NA VERIFICAÇÃO, SE NAS ESCOLAS, TODAS SÃO CONTEMPLADAS, NO QUE REGE A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Durante a busca de documentos e informações para verificarmos se nas escolas, todas são contempladas, no que rege a política da Educação Inclusiva, viu-se a necessidade e a importância da semântica antes da construção dos conceitos, das seguintes palavras: Inicia-se pela própria palavra *Semântica*, e logo em seguida, *Educação Inclusiva, Política, Direito, Especial, Ensino, Regular, Deficiência, Transtorno, Aprendizagem*, acumulando assim, informações que auxiliarão ao leitor estabelecer parâmetros para verificar nas escolas de

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

Campo Grande, Mato Grosso do Sul, se todas são contempladas, no que rege a Política da Educação Inclusiva.

Nas subseções será realizada a semântica dos termos utilizados para obtenção dos conceitos de Educação, Educação Inclusiva, Educação Regular, Política, Transtorno de Aprendizagem, Deficiência, Ensino Aprendizagem.

Para facilitar a compreensão do objetivo do uso da semântica nos termos citados acima, deixará em caixa alta os significados, assim conduzindo a você leitor na construção dos conceitos.

Feito a semântica, discorre a origem da Educação Inclusiva no Brasil, citando Lei internacional (documentos que obrigam ao Brasil, iniciar uma Política específica para contemplar, o público alvo, nesse Artigo Científico). Com base nesses documentos Internacionais, e documentos criados no período, marcam o começo de uma Educação Democratizada, em pleno fim da Ditadura militar no Brasil datado de 15 de março de 1985, tornando o Estado responsável por estabelecer Políticas de Educação.

SEMÂNTICA

A palavra semântica pode ter muitas variáveis de definições dependendo da área de estudo, será tratada em nosso artigo científico sob o viés da área da Educação que significa:

> É uma área da linguística focada no significado das palavras e dos sons como na relação entre o sentido e a estrutura desses elementos dentro do enunciado.
> A semântica é o estudo do significado nos mais diversos níveis do discurso, estudando como a estrutura de sons, sílabas, palavras e enunciados impacta em seu significado e em sua compreensão. É por meio da semântica que se desenvolvem conceitos como o de palavras sinônimas, antônimas ou parônimas, de conotação e denotação, de ambiguidade e polissemia, entre outros (BRASILESCOLA, 2022)

SEMÂNTICA

1. Linguística estrutural: Estudo da significação linguística vista como uma rede de relações (p.ex.: antonímia, sinonímia etc.);

Estabelecidas através da decomposição do significado das palavras em unidades semânticas mínimas (semas).

Origem: (1899) fr. sémantique, do gr. *sēmantikḗ fem. substv. de sēmantikós,ḗ,ón 'que indica, que significa'; Semântico.

A palavra semântica pode ter muitas variáveis de definições dependendo da área de estudo, será tratada em nosso artigo científico sob o viés da área da Educação que significa relativo à semântica;

1. relativo ao significado ou ao sentido das unidades linguísticas.

Origem: (1899) depreendido de semântica, com troca da vogal temática -a para –o.

EDUCAÇÃO

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

A palavra semântica pode ter muitas variáveis de definições dependendo da área de estudo, será tratada em nosso artigo científico sob o viés da área da Educação que significa Educação.

Substantivo:

1. Ato ou processo de educar(-se);
2. Aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano; pedagogia, didática, ensino;
3. O conjunto desses métodos; pedagogia, instrução, ensino.

INCLUSIVA

A palavra semântica pode ter muitas variáveis de definições dependendo da área de estudo, será tratada em nosso artigo científico sob o viés da área da Educação que significa Inclusiva.

Substantivo:

1. CLERO

Admissão no conclave de um cardeal retardatário

Origem: fem.substv. de inclusivo; Inclusivo

A palavra semântica pode ter muitas variáveis de definições dependendo da área de estudo, será tratada em nosso artigo científico sob o viés da área da Educação que significa

Adjetivo:

1. Que inclui ou pode incluir;
2. que encerra, abrange, compreende;
3. Linguística, que inclui o falante e o ouvinte (diz-se de 1ª p.pl.); "o pronome nós inclusivo".

Origem: (1858) lat.med. inclusivos,a,um 'que inclui'.

POLÍTICA

A palavra semântica pode ter muitas variáveis de definições dependendo da área de estudo, será tratada em nosso artigo científico sob o viés da área da Educação que significa Política.

Substantivo:

1. Arte ou ciência de governar;
2. Arte ou ciência da organização, direção e administração de nações ou estados; ciência política;
3. Orientação ou método político. Político.

Adjetivo

1. Relativo ou pertencente à política, "partido político".
2. Que ou aquele que trata ou se ocupa da política.

DIREITO

A palavra semântica pode ter muitas variáveis de definições dependendo da área de estudo, será tratada em nosso artigo científico sob o viés da área da Educação que significa Direito.

Adjetivo:

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

1. Direito

Conjunto de princípios e normas jurídicas que regulam o funcionamento das atividades do estado, e determinam a organização dos serviços públicos e o relacionamento da administração com os cidadãos.

ESPECIAL

A palavra semântica pode ter muitas variáveis de definições dependendo da área de estudo, será tratada em nosso artigo científico sob o viés da área da Educação que significa

Especial.

Adjetivo:

1. Que tem função, propósito ou aplicação particular, *"verniz especial para barcos" · "educação especial para alunos deficientes"*

ENSINO

A palavra semântica pode ter muitas variáveis de definições dependendo da área de estudo, será tratada em nosso artigo científico sob o viés da área da Educação que significa Ensino.

Substantivo:

1. Ato, processo ou efeito de ensinar; ensinamento, ensinança;
2. Transferência de conhecimento, de informação, esp. De caráter geral; instrução *"ENSINO SUPERIOR" · "ESTABELECIMENTO DE ENSINO".*

PEDAGOGIA

Aquele (anteriormente denominado ensino de primeiro grau) ministrado geral. Em dois grandes ciclos (anos iniciais e finais), a partir de 2006, de nove anos, em turmas de seis anos até turmas de 14 anos: o primeiro, do primeiro ao quinto ano (anteriormente denominado ensino primário), e o segundo, do sexto ao nono ano (anteriormente denominado ensino ginasial);

1. Pedagogia;

Aquele logo acima do ensino fundamental e que é ministrado da primeira à terceira série (anteriormente denominado ensino de segundo grau).

2. Pedagogia;

O que se destina a suprir a escolarização regular de adolescentes e adultos que não a concluíram na idade própria.

EDUCAÇÃO REGULAR

A palavra semântica pode ter muitas variáveis de definições dependendo da área de estudo, será tratada em nosso artigo científico sob o viés da área da Educação que significa Regular.

Adjetivo:

1. Conforme as regras, as leis, as praxes, a natureza.

TRANSTORNO

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

A palavra semântica pode ter muitas variáveis de definições dependendo da área de estudo, será tratada em nosso artigo científico sob o viés da área da Educação que significa Transtorno.

Substantivo:

1. Qualquer perturbação da saúde, *"TRANSTORNO DIGESTIVO"; "TRANSTORNO MENTAL".*

Origem: (1821-1875) regr. de transtornar.

APRENDIZAGEM

A palavra semântica pode ter muitas variáveis de definições dependendo da área de estudo, será tratada em nosso artigo científico sob o viés da área da Educação que significa

Aprendizagem.

Substantivo:

1. M.q. aprendizado ('ato', 'duração' e 'experiência').

Origem: (1899) fr. apprentissage 'ação de aprender um ofício ou profissão'.

DEFICIÊNCIA

A palavra semântica pode ter muitas variáveis de definições dependendo da área de estudo, será tratada em nosso artigo científico sob o viés da área da Educação que significa Deficiência.

Substantivo:

1. PSIQUIATRIA.

Insuficiência de uma função psíquica ou intelectual, *"DEFICIÊNCIA MENTAL"; "DEFICIÊNCIA SENSORIAL".*

Origem: (1661) lattari. deficientia, a 'falta, enfraquecimento'.

Essa significação dos termos foi para mostrar a você, a importância de saber o verdadeiro significado das palavras, e saber estruturá-las no seu contexto real, para facilitar na construção e também na compreensão dos conceitos.

Agora, quando citarmos o termo Educação Especial, ou até mesmo Política da Educação Inclusiva, você conseguirá estabelecer o real significado e terá a capacidade de compreensão dos termos e conseguirá obter o verdadeiro conceito. Podendo assim acumular informações necessárias para a verificação, se nas escolas de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, todas são contempladas, no que rege a Política da Educação Inclusiva. Na próxima seção, em posse dos significados dos termos, já se pode conceitá-los e assim partir para Origem da Educação Inclusiva no Brasil.

O primeiro termo a ser conceituado com nossas palavras, embasado nos significados da seção 1, Educação é quando estabelece regras e também métodos no desenvolvimento cognitivo do ser humano.

O segundo termo a ser conceituado é Educação Regular.

Educação Regular são regras, leis que normatizam os métodos estabelecidos no desenvolvimento cognitivo do ser humano.

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

O terceiro termo conceituado é Educação Inclusiva, são regras estabelecidas ao sistema escolar para trazer ao convívio dos demais seres humanos, como também dando condições físicas, morais e intelectuais ao indivíduo alvo.

Quarto termo é a Política, é a capacidade de organizar, estabelecer e fazer cumprir as regras estabelecidas.

Quinto termo é o Transtorno de Aprendizagem, podemos conceituar como sendo uma perturbação de direcionamento do conhecimento cognitivo do ser humano.

Sexto termo é a Deficiência, conceituamos como sendo uma insuficiência de funções tanto psicológicas como também físicas, que isso poderá interferir ou não no cognitivo do ser humano.

Sétimo e último termo são do Ensino Aprendizagem, este último pode conceituar da seguinte forma, como sendo o ato de saber transferir o conhecimento de maneira que o mesmo dure, sem perdas de conhecimentos.

Antes de continuarmos rumo a conclusão da verificação do objetivo específico e geral desse artigo, é necessário citarmos como outros autores estão conceituando os seguintes termos:

- ✓ Conceitos de Educação,
- ✓ Educação Inclusiva,
- ✓ Educação Regular,
- ✓ Política,
- ✓ Transtorno de Aprendizagem,
- ✓ Deficiência, e
- ✓ Ensino Aprendizagem.

Freitas (1994) e Brandão (1993), pontuam "a educação como forma de pensar o tipo de cidadão que a sociedade deseja, ajudando a criá-lo, mediante formas de passar adiante saberes e costumes que legitimam determinadas formas de pensar e agir, tais como: valores, crenças, rituais, hábitos, etc."

O que é a educação segundo Paulo Freire?

Paulo Freire expressa que "a escola deve ser um lugar de trabalho, de ensino, de aprendizagem. Um lugar em que a convivência permita estar continuamente se superando, porque a escola é o espaço privilegiado para pensar" (DIAADIA EDUCAÇÃO, 2020).

Freire (2008), afirma que "a inclusão, enquanto forma de flexibilizar a resposta educativa de modo a fornecer uma educação básica de qualidade a todos os alunos, tem sido apontada como uma solução para o problema da exclusão educacional."

Mantoan (2006), afirma que "o motivo da inclusão, ao contrário, é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar". Assim fica claro que as crianças com deficiências devem frequentar a escola independente de sua idade.

O que é inclusão, Segundo Sassaki?

O pesquisador Romeu Kasumi Sassaki conceitua "inclusão social" como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade (SENADO, 2020).

A escola regular é aquela que segue a educação comum, com os níveis de ensino e faixas etárias estabelecidas. A educação especial é voltada ao ensino e aprendizagem de alunos

com deficiências e transtornos do desenvolvimento e aprendizado (EDUCA MAIS BRASIL, 2018).

Segundo o filósofo grego Aristóteles, "a política é a ciência que tem por objetivo a felicidade humana e divide-se em ética (que se preocupa com a felicidade" (BRASIL ESCOLA, 2022).

Os transtornos de aprendizagem acometem habilidades específicas do processo de aprendizagem de crianças e adultos. Eles dificultam o desenvolvimento intelectual, acadêmico, profissional e até social. Esses distúrbios são considerados transtornos do neurodesenvolvimento, segundo a classificação do DSM-V.

> No contexto da saúde, Incapacidade (disability) é um termo abrangente para deficiências (impairments), limitações em atividades e restrições à participação. Este termo denota os aspectos negativos da interação entre um indivíduo (com um estado ou condição de saúde) e os fatores contextuais do indivíduo (fatores ambientais e pessoais). CONCEITOS IMPORTANTES (OMS, 2001).

Concepção de aprendizagem segundo Paulo Freire. "Este é um pensar que percebe a realidade como processo, que capta em constante devenir e não como algo estático. Não se dicotomiza a si mesmo na ação. Banha-se permanentemente de temporalidade cujos riscos não temem" (FREIRE, 1987, p.47).

Com base nesses conceitos, vamos analisar o que a Constituição Federal normatiza acerca da Educação. Assim analisaremos Leis e Decretos que por fim nos dará condições necessárias na verificação do objetivo geral como também do objetivo específico, fornecendo informações necessárias e suficientes para respondermos a pergunta inicial deste artigo científico.

ANÁLISE DE DADOS

A Constituição Federal, no capítulo III – Da Educação, Da Cultura e Do Desporto, Seção I – Da Educação, é composto por dez Artigos, os quais estabelecem regras para organizar a Educação Brasileira.

O Art. 205 – A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988).

O artigo citado anteriormente assegura o direito à Educação a todos, nisso podemos ter a plena certeza de que está subentendido que estão contemplados os negros, índios, brancos, pobres, ricos, homens, mulheres, de várias crenças, e aos portadores de deficiência ou não, mas não está aqui dizendo explicitamente sobre o conceito de Educação Inclusiva e ou Educação Especial, mas sim dizendo sobre o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; **Inciso III, art. 208**, mas que todos têm a garantia de acesso e permanência na escola.

A Constituição Federal garante então o direito à Educação a todos os brasileiros, e como também garantia do acesso e permanência nas escolas, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

Art. 211 (Constituição Federal 1988)

O **§ 2°** Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil; e o **§ 3º** os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio (Capítulo III, Seção I, Art. 211 - Constituição Federal 1988).

Já o Estado do Mato Grosso do Sul, umas das metas é a Meta 4 – Educação Especial, aqui vai estabelecer como o Estado deverá organizar a Educação Especial (SED, 2015).

Partindo do Art. 205 da constituição federal que fala do direito de TODOS a Educação, os Estados e Distrito Federal, e como também aos municípios, tem o dever de cada um cumprir, o que o artigo anterior está estabelecendo.

Sendo o dever de supervisionar e de que sejam colocados em prática tudo o que os artigos referentes à Educação, sejam dos Estados, Distrito Federal e os Municípios, sua autonomia, onde cada um possa estabelecer regras para organizar a Educação, de forma que alcance o maior número possível de cidadãos.

Como as escolas municipais de Campo Grande-Mato Grosso do Sul possuem autonomia de organizar a Educação e o objetivo desse artigo científico, é verificar com base em todas as informações já adquiridas até o momento, e com, mas esse conhecimento acrescentado até o momento, vai ser possível dizer se essas escolas contemplam o público alvo em relação a Educação Inclusiva.

Tem-se, além dos 09 artigos que estabelecem os direitos, e como também os deveres; vão ser citados todos os artigos que estão estabelecendo como garantir o acesso de todos à Educação, principalmente em relação à Educação Inclusiva.

Nesse momento os seguintes documentos, que vão ser utilizados para acrescentar informações, são: INEP, CME, PCN, PPP, LDB, LEIS, DECRETOS e NORMAS.

Como já foi verificado por meio de ligações com perguntas claras e objetivas aos responsáveis da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que são agentes por estabelecimento de regras necessárias e suficientes para serem praticados por cada escola municipal da Cidade de Campo Grande-Mato Grosso do Sul, e foi percebido o cuidado e zelo com os artigos da Constituição Federal para serem praticados e como os artigos que estabelecem como devem ser a Educação, e que tem o objetivo de alcançar a TODOS em relação à Educação, e também a Educação Inclusiva.

Na busca de mais informações, a Plataforma do (INEP), estabelece regras sobre como realizar o censo escolar, na obtenção de dados, os quais auxiliam em saber como aplicar a verba advinda do (FUNDEB) e como também dizer o que vai ser preciso fazer para colocar em prática cada artigo referente a Educação e como também a Educação Inclusiva.

A Educação do município de Campo Grande-Mato Grosso do Sul tem como norte essa Plataforma do (INEP), o mesmo estabelece a maneira que deve ser organizado a Educação e a Educação Inclusiva nas Instituições de ensino.

Assim, o município de Campo Grande-Mato Grosso do Sul, cria o (CME), diretrizes para organização e gestão de todas as normas e regulamentos para o funcionamento da Educação e como também a Educação Inclusiva.

O (CME) foi criado no intuito de supervisionar o governo Municipal em seu compromisso com o Governo Federal na garantia do acesso e permanência do público alvo na Escola. Olhando mais afundo os documentos de domínio público no site do CME/PMCG, nota-se que o Município de Campo Grande-Mato Grosso do Sul, tem metas relativas à Educação, e

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

dentre elas, encontra-se a meta para que a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, seja estabelecida em todas as instituições de Ensino do Município.

Com posse de toda essa gama de informações, partindo desde a semântica aplicada aos termos aqui estudados, passando por conceituações de alguns principais autores renomados no meio da Educação, e como também pelo contexto histórico, e por fim nos documentos que mostram as leis, decretos e até mesmo normativas a respeito da Educação e como também da Educação Inclusiva, chegamos então na resposta, verificamos que pelo Art. 205 da Constituição Federal, "Todos têm o direito de acesso e permanência à Educação", como também está subentendido aqui, que vale também para a Educação Inclusiva.

Vimos que pela semântica e conceitos de alguns autores, a própria Constituição Federal nos dá essa total afirmação positiva da garantia da Educação Inclusiva nas Escolas Municipais de Campo Grande – Mato Grosso do Sul.

Nos documentos criados pelo (CME/CG/MS), garante que iniciaram pelo Atendimento Educacional Especializado, denominado como (AEE) – garantia da Educação Especial numa perspectiva da Educação Inclusiva.

Até o momento está bem claro que as Escolas Municipais de Campo Grande – Mato Grosso do Sul, são contempladas pela Educação Especial, mas na perspectiva da Educação Inclusiva, ficando claro de que falta muita a ser realizado, para que todas as instituições de ensino oferecem cem por cento uma Educação Inclusiva ao público alvo mencionado nesse artigo científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca por respostas, quanto à verificação dos objetivos tanto o Geral, e como também o Específico, foi encontrado muita dificuldade, pois não tem bibliografias específicas sobre o problema aqui abordado, mas na pesquisa foi encontrado outras formas de obter informações sobre as políticas de Educação nas instituições de ensino no município de Campo Grande-Mato Grosso do Sul.

A semântica fornece para o leitor a capacidade de interpretação, como também de construir os conceitos, e assim comparar com os conceitos de outros autores, tanto os renomados como os autores desconhecidos. O mais interessante em tudo isso, na busca por conhecimento, fez com que esse artigo científico ficasse de maneira especial, pois o leitor conseguirá construir e como terá a oportunidade de antes mesmo do fim desse artigo científico, verificar se nas escolas municipais de Campo Grande-Mato Grosso do Sul as políticas de Educação regem sobre a educação inclusiva todas as instituições de ensino.

Com base em todas essas informações, tanto as pesquisadas, como as obtidas, todos puderem concluir que as instituições de ensino são contempladas no que rege a política de educação, pois o artigo 205 da Constituição Federal garante o acesso e como também a permanência na Educação, mas não estando de maneira direta, mas estando subentendido isso.

Por fim, foi respondido ao objetivo desse artigo científico, mas deixando aqui a seguinte pergunta para você leitor: Mas, analisando todos os conceitos aqui adquiridos como os pesquisadores, questionam-se. Se todas as instituições de ensino e todos os professores, sabem conceituar o que venha a ser Educação Inclusiva, e, se nas instituições de ensino, estão realmente colocando em prática as políticas de Educação Inclusiva em sua totalidade?

O próximo artigo científico vai verificar a possibilidade de responder a esses questionamentos aqui abordados.

REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Amália Pie Abib et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. 9. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 2000.

BATTISTELLA, Linamara Rizzo. Conceito de Deficiência Segundo a Convenção da ONU e os Critérios da CIF. DSM-V. Conceitos Importantes. Secretaria do Estado de São Paulo. (OMS-2001). Disponível em <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/274.pdf>. Acesso 29 abril de 2022.

BRANDÃO, Z., a crise dos paradigmas e a educação. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DINIZ, Maria Helena; FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio e GEORGAKILAS, R.A. STEVENSON. Constituição de 1988: legitimidade, vigência e eficácia, supremacia. São Paulo: Atlas, 1999.

EDUCA MAIS BRASIL. Ensino regular: o que é e como funciona? Disponível em <https://www.educamaisbrasil.com.br>. Acesso 30 out. 2018.

ESCOLA, Equipe Brasil. "Política"; Brasil Escola. Disponível em <https://brasilescola.uol.com.br/politica/politica-definicao.htm>. Acesso 29 abril de 2022.

EQUIPE BRASIL ESCOLA. Filósofo Grego Aristóteles (que se preocupa com a felicidade... Política – Brasil. Disponível em <https://brasilescola.uol.com.br>. Acesso 29 abril de 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 13.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. Metodologia do ensino superior. 3. ed. Campo Grande: UCDB, 2005. 163p.

FREIRE, Paulo. O pensar educação em Paulo Freire. 2019. 2020. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br › arquivos›852->. Acesso 29 abril de 2022.

FREITAS, M.T.A. (1994) Vygotsky e Bakhtin – Psicologia e educação: um intertexto. São Paulo: Ática.

GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL-SED. Meta 4 – Educação Especial. Disponível em <http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Estadual-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-MS.pdf>. Acesso 29 abril de 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér, Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MICROSOFT BING – DICIONÁRIO. Semântica. Disponível em <https://www.bing.com/search?q=SEMANTICA&cvid=0b7861e470824311aa5119754067f592&aqs=edge..69i57.7638j0j1&pglt=43&FORM=ANNTA1&PC=U531>. Acesso 29 abril de 2022.

SENADO FEDERAL. O PESQUISADOR ROMEU KASUMI SASSAKI O que é inclusão social. Disponível em <http://www.senado.leg.br › materia › getDocumento>. Acesso 29 abril de 2022.

GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS UNIDADES PÚBLICAS DE ENSINO: UM NOVO OLHAR SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR NOS INDICADORES DE DESEMPENHO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE JACARACI-BAHIA

DEMOCRATIC MANAGEMENT IN PUBLIC EDUCATION UNITS: A NEW LOOK AT THE COMPLEMENTATION OF VAAR IN PERFORMANCE INDICATORS IN THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK IN THE MUNICIPALITY OF JACARACI-BAHIA

GESTIÓN DEMOCRÁTICA EN LAS UNIDADES DE EDUCACIÓN PÚBLICA: UNA NUEVA MIRADA A LA COMPLEMENTACIÓN DEL VAAR EN INDICADORES DE DESEMPEÑO EN LA RED EDUCATIVA MUNICIPAL EN EL MUNICIPIO DE JACARACI-BAHIA

Edicléia Santana Rocha
edicleiasantanarocha9@gmail.com

ROCHA, Edicléia Santana. **Gestão democrática nas unidades públicas de ensino: Um novo olhar sobre a complementação do VAAR nos indicadores de desempenho na rede municipal de ensino do município de Jacaraci-Bahia**. Revista Internacional Integralize Scientific. Ed., n. 15, p.43-55, setembro/2022, ISSN/2675-5203.

Prof. Dr. Samuel de Oliveira Nicolau

ROCHA, Edicléia Santana. NICOLAU, Samuel de Oliveira. **Gestão democrática nas unidades públicas de ensino: Um novo olhar sobre a complementação do VAAR nos indicadores de desempenho na rede municipal de ensino do município de Jacaraci-Bahia**. Revista Internacional Integralize Scientific. Ed., n. 15, p.43-55, setembro/2022, ISSN/2675-5203.

Este Artigo foi orientado pelo Prof. Dr. Samuel de Oliveira Nicolau, pesquisador *Prime* do Centro Internacional de Pesquisas Integralize, que muito tem contribuído para excelência em pesquisas científicas.

RESUMO

Pretende-se problematizar questões de desempenho dos profissionais de gestão e outros setores das unidades de ensino do município de Jacaraci-Bahia nos últimos anos, bem como era feita a indicação para ocupação dos cargos comissionados e as mudanças que se faz necessária com a implementação, acerca das condicionalidades apresentadas pelo VAAR, quanto ao rendimento adquirido em anos anteriores, e possivelmente as mudanças que se farão presentes, quanto à inserção das exigências que estão presentes no VAAR. Para que o município possa ser beneficiado com valores anuais, que são repassados de acordo com o grau e complexidade de adesão às novas estratégias de conduzir a educação dos municípios, inclusive Jacaraci, que não optava por uma educação democrática, de acordo o que se tornou legal e exigência para que os municípios passem a adotar como prioridade para o desenvolvimento da educação. O (VAAR) oferece base legal para a definição das condicionalidades e dos indicadores referentes à complementação que será distribuída a partir de 2023. Conforme definido pelo EC 108, levarão os indicadores previstos no art. 11, § 1º, incisos I e II da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (PNE), apresentada dimensões voltadas para disponibilidade de recursos vinculados à educação dos entes federados; vigência de plano estadual ou municipal de educação aprovado por lei; realização de busca ativa; adoção de políticas de combate à evasão e o exercício da ação redistributiva entre as escolas. Visando uma educação democrática de qualidade no espaço escolar.

Palavras-Chave: Gestão. Democrática. Ensino. VAAR. Concepções.

ABSTRACT

It is intended to problematize performance issues of management professionals and other sectors of teaching units in the municipality of Jacaraci Bahia in recent years; as well as the indication for the occupation of commissioner positions and the changes that are necessary with the implementation about the conditionalities presented by the (VAAR), regarding the income acquired in previous years and possibly the changes that will be present regarding the insertion of the requirements that are present in the VAAR, so that the municipality can benefit from annual amounts, which are passed on according to the degree and complexity of adherence to new strategies to conduct education in municipalities, including Jacaraci, which did not obtain democratic education, according to which

became legal and a requirement for municipalities to adopt as a priority for the development of education. The VAAR provides a legal basis for the definition of conditionalities and indicators referring to the complementation that will be distributed from 2023. As defined by EC 108, the indicators provided for in art. 11, § 1, items I and II of Law nº 13.005, of June 25, 2014 (PNE), presenting dimensions aimed at the availability of resources linked to the education of federated entities; validity of a state or municipal education plan approved by law; performing active search; adoption of policies to combat dropout and the exercise of redistributive action among schools. Aiming at a democratic education of quality in the school space.
Keywords: Management. Democratic. Teaching. VAAR. Conceptions.

RESUMEN
Se pretende problematizar cuestiones de desempeño de los profesionales de la gestión y otros sectores de las unidades de enseñanza en el municipio de Jacaraci Bahia 0, en los últimos años; así como la indicación para la ocupación de cargos de comisionados y los cambios que sean necesarios con la implementación sobre las condicionalidades presentadas por el (VAAR), respecto de los ingresos adquiridos en años anteriores y eventualmente los cambios que se presenten respecto de la inserción de los requisitos que están presentes en el VAAR, para que el municipio pueda beneficiarse de montos anuales, los cuales se traspasan de acuerdo al grado y complejidad de la adhesión a las nuevas estrategias de conducción de la educación en los municipios, entre ellos Jacarací, que no lograron una educación democrática, según la cual se convirtió en legal y en un requisito para que los municipios lo adopten como una prioridad para el desarrollo de la educación. El VAAR proporciona una base legal para la definición de condicionalidades e indicadores referentes a la complementación que se distribuirá a partir de 2023. Tal como lo define el EC 108, los indicadores previstos en el art. 11, § 1, incisos I y II de la Ley nº 13.005, de 25 de junio de 2014 (PNE), presentando dimensiones dirigidas a la disponibilidad de recursos vinculados a la educación de las entidades federativas; vigencia de un plan educativo estatal o municipal aprobado por ley; realizar una búsqueda activa; adopción de políticas para combatir la deserción y el ejercicio de la acción redistributiva entre las escuelas. Apuntando a una educación democrática de calidad en el espacio escolar.
Palabras clave: Gestión. Democrático. Enseñando. VAAR. Concepciones.

INTRODUÇÃO

Pretende-se com esse estudo bibliográfico, apresentar discussões teóricas e refletir sobre a problemática em torno das questões do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, da Ementa onde Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal e o PL nº 4.372/2020 que, propõe-se a regulamentar a Emenda Constitucional nº 108/2020, que entre outras providências, institui o novo e permanente Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), bem como dá outras providências, inclusive sobre a adesão ao Valor Aluno Ano por Resultados (VAAR), que os municípios baianos, inclusive Jacaraci na Bahia, que possui um quadro de funcionários na educação que não são contemplados com uma gestão democrática, como é definido pelo (VAAR). Assim sendo, busca implementar as novas mudanças, visando conseguir os repasses financeiros para serem geridos na educação e tornar os espaços escolares mais democráticos. Uma vez que o próprio processo de seleção adotado no município de acordo a publicação no diário oficial Lei nº 12.527, define através da lei nº 234, de 12 de setembro de 2022, dispõe sobre o processo de eleição de Gestor Escolar das Unidades da Rede de Ensino do município de Jacaraci e dá outras providências, apresentando processos mais complexos para que novos gestores sejam selecionados para compor o quadro de profissionais que lidera a educação do município, tendo como base as buscas por melhores resultados anuais. Após o ano de 2023, a progressão para que os repasses sejam feitos aos cofres dos municípios, faz-se necessário que os mesmos passem a aderir o que está sendo exigido na lei, como disponibilidade de recursos vinculados à educação dos entes federados, vigência de plano estadual ou municipal de educação aprovado por lei, realização de busca ativa, adoção de políticas de combate à evasão e o exercício da ação redistributiva entre as escolas.

Assim, muitos municípios, inclusive Jacaraci, que ficam localizados no Sudoeste Baiano, com excelentes índices no IDEB, devem adotar, por elaborar um plano de cargos e salários, como sendo uma das próximas decisões a serem tomadas, para que os repassem também possam melhorar nos cofres do setor educacional nos anos seguintes, possibilitando que novos prédios sejam construídos e reformados, para que o processo de melhorias quanto à implementação de recursos digitais possa se fazer presente.

O art. 15 prevê as regras da complementação do (VAAR), no artigo 14 e o artigo 46 do PL prevê que nos dois primeiros anos de vigência do FUNDEB, a União aplicará à complementação, recursos orçamentários para sanar as desigualdades que surgiram devido à pandemia Covid-19.

METODOLOGIA

A metodologia que possibilitou a construção deste artigo científico, baseia-se em revisão bibliográfica sobre as leis federais, municipais e literaturas que possibilitaram subsídios para que o mesmo fosse discorrido com fundamentos teóricos eficazes.

A legislação consultada pelos autores do trabalho, tem como base as leis 9.496/96 – FUNDEF e 11.494/07 – FUNDEB, bem como o projeto de Lei nº 4372, de 2020 com regulamentação do FUNDEB com a adesão realizada pelos municípios do Valor Aluno Ano por Resultados (VAAR), adequando-se em primeiro momento à realização do processo democrático para escola de gestores escolares, visando atingir metas de melhorias em índices de desenvolvimento da educação pública municipal.

As reflexões teóricas partiram dos pressupostos de estudos bibliográficos, análises e reflexões de leis, portarias, textos etc. Esse artigo científico, está organizado em resumo, introdução, metodologia, literatura, considerações finais e bibliografia.

A abordagem principal está no discorrer do texto sobre as maiores políticas públicas no âmbito da educação brasileira, que foram criadas nas décadas de 1900 e 2000, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB), com a implementação do (VAAR), no novo FUNDEB, que as entidades municipais terão que adotar, para manter o município em porte de gestão democrática, possibilitando que a educação oferecida às sociedades brasileiras possa a ser avaliadas por órgãos competentes.

AMPLIAÇÃO DO ANTIGO (FUNDEF)

Desde a promulgação da Constituição Federal no ano de 1988, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas dos impostos arrecadados e das transferências realizadas dos Estados, Distrito Federal e Municípios estão vinculados à Educação. Assim, esse cenário é um dos que recebe maior investimento durante os anos, para melhorar a qualidade da educação oferecida a uma demanda de alunos dos níveis de Ensino Infantil, Fundamental I, II e Ensino Médio.

Ao longo dos anos, o cenário da educação recebeu mudanças de acordo a Emenda Constitucional "nº 14/96, onde 60% (sessenta por cento) dos recursos da educação passaram a ser sub vinculados ao ensino fundamental, (60% de 25% = 15% dos impostos e transferências), sendo que parte dessas subvinculação de 15% (quinze por cento) passava pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

(FUNDEF), e a partilha dos recursos tinha como base o número de alunos do Ensino Fundamental atendido em cada rede de ensino" (FNDE, 2022).

Esse cenário educacional, era visto com mudanças significativas e em dezembro de 1996, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), foi inserido ainda de forma experimental no estado do Pará; na sequência funcionando no país de 1º de janeiro de 1998 até dezembro de 2006.

Como as mudanças se faziam presentes na era contemporânea, no cenário educacional, houve a necessidade de realizar a substituição do (FUNDEF), pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), através da "Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, com vigência estabelecida para o período 2007-2020."

As mudanças continuaram a se fazer presente e em 31 de dezembro de 2020, encerrou-se o FUNDEB e a pauta prioritária no Congresso Nacional passou a ser quanto aos novos mecanismos de financiamento da educação básica. Assim sendo, como resultado a vários questionamentos e análises; "foi promulgada a Emenda Constitucional n° 108, de 27 de agosto de 2020, que tornou o (FUNDEB) permanente e, dentre outros avanços, elevou a participação da União no financiamento da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I, II e Ensino Médio." Além disso, previu o aumento de recursos da complementação da União e o aprimoramento dos critérios de distribuição desses recursos de forma eficaz, chegando a todos que possuem direitos.

NOVO FUNDEB: NOVAS REFLEXÕES NO CENÁRIO EDUCACIONAL

O novo O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), reforça a importância do controle social pelo mesmo, instituído pela Emenda Constitucional n. 53, em 19 de dezembro de 2006, com o objetivo de financiar o ensino público para a demanda recorrente.

Esse é um compromisso firmado entre a União e a Educação Básica, aumentando em aproximadamente dez vezes o volume dos recursos federais a serem repassados, focando também na demanda de jovens e adultos, que possuem reservas para o desenvolvimento de programas direcionados a jovens e adultos.

Os recursos devem ser distribuídos pelos municípios do país, de acordo com o grau de desenvolvimento econômico e social das regiões, onde o investimento por aluno seja inferior ao valor fixado para cada ano, com o objetivo principal de promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação.

Os recursos para chegar aos cofres das entidades mantenedoras do município, devem estar baseados no acompanhamento e no controle social, sobre a distribuição, transferência e a aplicação dos mesmos que são feitos em escala federal, estadual e municipal por órgãos competentes (Conselhos).

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4, DE 18 DE AGOSTO DE 2022, altera a Portaria Interministerial nº 11, de 24 de dezembro de 2021, do Ministério da Educação - MEC e do Ministério da Economia - ME, que estabelece os parâmetros referenciais anuais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB para o exercício de 2022, nas

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

modalidades Valor Anual por Aluno - VAAF e Valor Anual Total por Aluno - VAAT (FNDE, 2022).

Ao analisar, percebe-se que a contribuição da União, feita aos cofres das prefeituras municipais, passará por um aumento gradativo, até atingir o percentual/limite de 23% (vinte e três por cento) dos recursos que formarão o Fundo em 2026. Passará de 10% (dez por cento), do modelo do extinto (FUNDEB), cuja vigência se encerrou em 31 de dezembro de 2020, para 12% (doze por cento) em 2021; em seguida, para 15% (quinze por cento) em 2022; 17% (dezessete por cento) em 2023; 19% (dezenove por cento) em 2024; 21% (vinte e um por cento) em 2025; até alcançar 23% (vinte e três por cento) em 2026" (FNDE, 2022).

Os maiores beneficiados com os novos financiamentos serão os alunos atendidos nas etapas de Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental (oito ou de nove anos) e Ensino Médio; estando inserida nas modalidades de Ensino Regular, Educação Especial, de Jovens e Adultos, Ensinos Profissionalizantes integrados e que estejam localizados nas zonas urbana e rural, nos turnos matutino, vespertino (integral ou parcial) e noturno.

Todos os recursos que são distribuídos de forma automática para os estados e municípios, não precisam de autorização ou convênios, mas faz-se necessário que a distribuição aconteça em relação à quantidade de alunos inseridos no espaço escolar de acordo com os dados disponibilizados no último Censo Escolar.

Para que esse processo aconteça, faz-se necessário que algumas instituições estejam envolvidas com suas representatividades como: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com o intuito de realizar o Censo Escolar e disponibilizar os dados, o (FNDE), para oportunizar apoio técnico acerca dos fundos distribuídos por ordem decrescente, e capacitar os membros dos conselhos, assegurar qualidade no ensino e monitorar a aplicação dos recursos.

É de responsabilidade do Ministério da Economia, definir a estimativa de receita do Fundo, definir parâmetros operacionais, disponibilizar os recursos arrecadados, realizar o fechamento das contas das receitas anuais do Fundo, etc. Assim sendo, cabe ao Banco do Brasil, distribuir os recursos e manter contas específicas do Fundo de Estados e Municípios e a Caixa Econômica Federal, e deve manter contas específicas do Fundo, de Estados e Municípios. Uma vez que, de acordo a legislação em vigor, ficou definido que "o (FUNDEB), atual e vigente, foi instituído pela Emenda Constitucional n° 108, de 27 de agosto de 2020, e regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020."

IDENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS DE APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DO VAAR

Desde o ano de 2021**,** o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), faz a distribuição de vários recursos da complementação da União para manter a equidade, entre as redes escolares.

Em 2022, ver-se novas reflexões, sendo apresentadas pelos vários meios de comunicação, sobre os parâmetros que rege o (VAAF), (VAAT) e (VAAR). Os dois primeiros possibilitam explicitar a metodologia de cálculo dos indicadores, apurados em 2021 e 2022, com o objetivo de evidenciar suas diferenças em valores e o terceiro (VAAR), é visto como uma metodologia de cálculo que possibilita que a distribuição de recursos financeiros que

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

compõem os Fundos, no âmbito interestadual, acontece entre o governo estadual e os municípios, visando a proporção de alunos matriculados na rede de Educação Básica pública presencial, de acordo com o artigo 29 de agosto de 2022.

O (VAAR) é conceituado com a complementação pelo -Valor Aluno Ano por Resultados- considerado por todos os envolvidos no processo educacional como novidade, uma vez que chegou a todos os municípios, como exigência à sua inserção para possibilitar a melhoria nos índices apresentados anualmente nos sistemas do governo. Com a implementação, e serão distribuídos em 2023, 0,75% do valor total da contribuição dos Estados, Distrito Federal e Municípios aos 27 Fundos Estaduais. Assim, a maioria dos gestores que tinha os cargos comissionados da educação, como barganha para manter viva a política nas pequenas localidades, teve que adaptar de forma breve as mudanças e optar por uma nova forma de desenvolver a gestão democrática, iniciado com o processo escolar de gestores escolares.

Diante das mudanças exigidas para o ano letivo de 2023, faz se necessário que os municípios adotem os critérios no cumprimento da complementação do valor da união ao FUNDEB. Assim, a Lei 14.113/2020, que regulamenta o novo (FUNDEB), define no art. 14, § 1º, incisos I a V, cinco condicionalidades que os entes federados devem cumprir:

> I - Provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho;
> II - Participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos estudantes de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada rede de ensino por meio dos exames nacionais do sistema nacional de avaliação da educação básica;
> III - Redução das desigualdades educacionais socioeconômicas e raciais medidas nos exames nacionais do sistema nacional de avaliação da educação básica, respeitadas as especificidades da educação escolar indígena e suas realidades;
> IV - Regime de colaboração entre Estado e Município formalizado na legislação estadual e em execução, nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal e do art. 3º da Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020; e
> V - Referenciais curriculares alinhados à Base Nacional Comum Curricular, aprovados nos termos do respectivo sistema de ensino (CNM, 2022).

O Ministério da Educação precisará aferir o cumprimento dessas condicionalidades, e é sobre isso que trata a Resolução 1/2022. Com base nessa, a área técnica da educação da Confederação Nacional de Municípios (CNM) elaborou a síntese a seguir para orientação aos gestores:

> 1. Aferição das condicionalidades I, IV e V: prazo de 01/ago. a 15/set. para preenchimento de sistema do MEC com as informações solicitadas nos três quadros anexos à Resolução: 1.1. Condicionalidade I (gestão escolar): lei ou decreto ou portaria ou resolução (com regulamentação posterior); 1.2. Condicionalidade IV (ICMS): lei estadual aprovada, com previsão de utilização de indicador de melhoria da aprendizagem e aumento da equidade, considerada o Nível Socioeconômico (NSE) dos educandos (o fornecimento dessa informação cabe somente aos Estados); 1.3. Condicionalidade V (currículos alinhados à BNCC): inserção dos documentos relativos ao currículo + parecer de aprovação do respectivo CÊ + ato de homologação do respectivo executivo, na Plataforma de Monitoramento de Implementação da BNCC (BNCC, 2022).

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

Nos últimos anos, em especial anos que estavam ocorrendo à pandemia da COVID – 19, os resultados não foram significativos e assim, por proposta da CNM, incorporados a Lei 14.113/2020 (art. 43, § 4º), será definida por regulamento, de forma a considerar o não desenvolvimento dos alunos em períodos de pandemia, principalmente os que recebiam atividades impressas e os que utilizam internet de vizinhos e/ou parentes.

Diante do apresentando, as Secretaria de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, passando a adotar até o dia 15 de setembro, o que foi solicitado no Módulo do (PAR 4), no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) as informações que estejam relacionadas às condicionalidades previstas nos "incisos I, IV e V do § 1º do art. 14 da Lei nº 14.113/2020, conforme deliberação da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, composta por representantes do Ministério da Educação (MEC), suas autarquias, (CONSED) e (UNDIME)," poderão apresentar melhores resultados quanto ao desenvolvimento cognitivo dos alunos, através das avaliações.

Assim, as providências que o (VAAR) apresenta e que deve ser inserida no (SIMEC), estão baseadas na **"**condicionalidade I - provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho", estabelecendo através da Resolução que Estados, DF e municípios, estes terão que indicar a Lei, Decreto, Portaria, Resolução que trata do processo de seleção da equipe gestora para tomar posse no ano 2023.

Deve ainda, ser claro quanto: **"**o(s) nº(s) do(s) artigo(s) que apontem) os critérios técnicos de mérito e desempenho ou o(s) nº(s) do(s) artigo(s) que apontem) a consulta pública à comunidade escolar, precedida de análise dos critérios técnicos de mérito e desempenho."

Quanto à "Condicionalidade IV - regime de colaboração entre estado e municípios formalizado na legislação estadual e em execução, nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal e do art. 3º da Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020 – (ICMS Educação), que fica estabelecido que são exigências apenas para os estados as informações referentes à condicionalidade do inciso IV, em que a lei deve ser sancionada até 26 de agosto e a Condicionalidade V - referenciais curriculares alinhados à Base Nacional Comum Curricular, aprovados nos termos do respectivo sistema de ensino, exigindo documentos como **"**Referencial Curricular alinhado à (BNCC); Parecer de Homologação emitido pelo Conselho de Educação ou outro documento oficial válido, no caso de adesão do município ao currículo estadual, e declaração do dirigente máximo da Secretaria Estadual ou Municipal de Educação, atestando o atendimento da condicionalidade e a veracidade das informações prestadas."

INSERÇÃO DO VAAR NO MUNICÍPIO DE JACARACI EM 2022/2023

O município de Jacaraci na Bahia, localizado no sudoeste Baiano, com várias unidades de ensino de níveis referente à Educação Infantil, Fundamental e Médio pertencente ao Estado, através de sua representatividade governamental, apresentou na Câmara de Vereadores um projeto para implementação das condicionalidades do (VAAR) no município, a partir de 2023, com a elaboração de um processo complexo para inserção de novos gestores e vice-gestores nas unidades de ensino.

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

O projeto de lei foi votado em sessão única, com as abordagens voltadas para a perspectiva de buscar inserir uma gestão democrática preconizada pela Constituição Federal de 1988 e consubstancia na Lei 9.394/96, antecipando as mudanças de paradigma em curso na educação brasileira.

Em termos democráticos, esse momento é tido como o entendimento das experiências democráticas, através de eleição direta dos gestores públicos às diversas instâncias administrativas apresentadas pelo poder público.

> Era impossível fazer uma administração democrática, em favor da autonomia da escola que, sendo pública fosse também popular, com estruturas administrativas que só viabilizaram o poder autoritário e hierarquizado [...] O que quero deixar claro é que um maior nível de participação democrática dos alunos, dos professores, das professoras, das mães, dos pais da comunidade local, de uma escola que, sendo pública, pretenda ir tornando-se popular, demanda estruturas leves, disponíveis à mudança, descentralizadas, que viabilizem, com rapidez e eficiência, a ação governamental (FREIRE, 2001a, p. 74-75).

Como projeto de Lei, possibilita que a educação continue sendo a principal conquista criada pelos indivíduos ao longo dos tempos, e contribuiu significativamente para a sua formação intelectual, dando-lhe o direito de votar na escolha dos diretores e vice-diretores das unidades escolares, ampliando o exercício da cidadania de todos os envolvidos no processo em busca pela inserção da democracia nos espaços escolares.

A votação no projeto de Lei nº 08, de 26 de agosto de 2022, em caráter de urgência no município de Jacaraci, ocorreu para o provimento do cargo ou função de Gestor Escolar, onde no Art. 1º, visa que os concorrentes às vagas devem possuir os princípios de autonomia, cidadania, dignidade da pessoa humana, princípios da gestão democrática do ensino público, pluralismo político, igualdade perante a lei, valorização dos profissionais de educação etc. assim, a escolha para ocupar o cargo de gestor escolar, deverá ser através do processo de votação com participação da comunidade escolar; mas os candidatos deverão passar anterior a esse momento por processo de avaliação de mérito e desempenho, que se votado poderá possuir um mandato de 4 anos e optar por uma única reeleição.

O processo de aferição de mérito e desempenho ocorrerá por meio do edital divulgado no site da prefeitura municipal, priorizando os critérios e etapas do processo (prova escrita eliminatória, apresentação, homologação, publicação e votação do Plano de Gestão Escolar pela Comissão Central de Acompanhamento do Processo de Aferição de Mérito e Desempenho e prova de títulos, quando houver empate, de acordo os critérios apresentados no edital). Ao final o resultado será divulgado por ordem de classificação no Diário Oficial do Município de Jacaraci.

Quanto ao Capítulo III, os aprovados por Aferição ao Mérito e Desempenho terão a candidatura homologada e poderão concorrer a função de gestor escolar através de outro processo, que é a eleição; devendo a mesma ocorrer até o penúltimo ano do mandato do prefeito municipal, a mesma será secreta seguindo as normas prescritas no edital publicado no diário online da prefeitura de Jacaraci Bahia.

Quanto à votação ocorreu principalmente aos candidatos à vaga na instituição que está concorrendo à mesma. Uma ressalva está quanto ao quadro de profissionais contratado, que só poderá participar da votação, caso esteja trabalhando por contrato a mais de seis meses na

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

unidade escolar; outro ponto que destaca no edital é quanto à escolha de um membro da unidade familiar para responsável a participar da votação, possuindo direito somente a um voto por família.

Na continuidade do processo para escolha de novos gestores as unidades de ensino do município de Jacaraci, acontecerão com a participação dos representantes da chapa a ser votada, juntamente com a direção atual, devem elaborar a lista dos eleitores aptos, de acordo o contido no artigo 16 da Lei Municipal, devendo a mesma ser entregue e protocolada na Secretaria Municipal de Educação, em ordem alfabética, digitada, impressa e assinada pelos candidatos; bem como devem estar junto à documentação um pen-drive com o documento em formato Excel, separado por segmento de eleitores, até 15 (quinze) dias da data prevista para realização das eleições na unidade escolar, o que não será permitido à inclusão de novos nomes na lista para o exercício da cidadania, na prática da participação do processo de votação.

No parágrafo único, do projeto de Lei nº 08/2022 art. 22 aborda quanto às pessoas que não possui direito para participar da votação, devido está de gozo de licença não remunerada, os funcionários que estiverem afastados em razão de benefícios previdenciário, por mandato classista, eletivo ou congênere.

No art. 23, quanto ao empate, só será considerada eleita à chapa em que o candidato à função de diretor tenha maior tempo de serviço em efetiva regência de classe, na rede pública municipal, maior escolaridade, maior idade e no art. 24 aborda, quanto se a unidade escolar possuir somente uma chapa, a mesma só será considerada eleita se obtiver mais de 50% (cinquenta por cento) dos votos favoráveis em maioria simples e se não possuir o "quórum" de votação, como explicitado no parágrafo único, haverá nomeação temporária pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. Acrescento que de acordo com a Lei de projeto municipal, caso haja renúncia do candidato à função de vice-diretor, em uma chapa, antes de realizada a eleição, será permitida a comissão adotar as providências previstas na lei e se todos os integrantes renunciarem será acarretado à exclusão da chapa.

Quanto à vinculação e atribuições do gestor escolar, quanto a Lei de projeto municipal, baseia-se: o mesmo é considerado chefia imediata e o coordenador pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, mantenedora das Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de Ensino. De acordo o art. 30 do capítulo IV, vinculação e atribuições do Gestor Escolar, a Secretaria Municipal de Educação (SME), realizará a avaliação a qualquer tempo do exercício da função ocupada pelo gestor, utilizando dos instrumentos como: Monitoramento da aplicação do Plano de Gestão Escolar, acompanhamento do resultado da Avaliação Institucional Participativa e seu respectivo Plano de ação, registros das visitas de gestão, denúncias recebidas formalmente, registros de orientações e encaminhamentos pela mantenedora, registro de frequência das Reuniões Administrativas e Formativas convocadas pela Instituição Mantenedora, monitoramento do cumprimento dos prazos e processos inerentes à Gestão Escolar, observância da assiduidade na Instituição de Ensino.

De acordo o descrito no Art. 32 do capítulo IV, o Chefe do Executivo Municipal designará servidor do quadro de pessoal efetivo do magistério da unidade escolar para ocupar a função gratificada de Diretor, desde que preenchidos os requisitos do art. 8º desta Lei, quanto houve inexistência de candidatos inscritos, vacância e na criação de nova instituição de ensino. Essa nomeação será por um período de natureza provisória de 90 dias (noventas), e na sequência os líderes dos órgãos mantenedores deverão deflagrar novo processo definitivo.

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

Quanto à vacância se dará por pedido de exoneração, aposentadoria, falecimento ou dispensa de suas atribuições, conforme disposto na lei e segundo o art. 34 com capítulo IV, são atribuições dos gestores empossados para o cumprimento de 4 (quatro) anos, o estabelecimento de estratégias para atingir o objetivo principal da instituição de ensino, garantir o acesso, a trajetória e o sucesso escolar dos estudantes na Educação Básica, acompanhando assim, todo o processo de matrícula, transferência escolar, indicadores de aprendizagem conforme a Lei Federal nº 14.113/2020.

Faz-se necessário que na função ocupada, crie estratégias para melhorar o desempenho da aprendizagem dos alunos, principalmente quanto à realização das Avaliações Externas em larga escala, garantindo as metas observadas e projetadas. Outro fator de fundamental importância é assegurar a atualização democrática do Projeto Político Pedagógico (PPP) e o regimento interno da instituição de ensino. Assim, cabe a alguns gestores criar mecanismos para criar o regimento interno, uma vez, que muitas unidades de ensino do município não possuem o mesmo, para que seja colocado em prática. Assim, abrir espaço para que a comunidade escolar possa prezar pelo bom funcionamento do serviço prestado pelos funcionários, esmerando-se ao cumprimento integral das legislações.

Ainda sobre o artigo 35 do inciso X ao XXII, deve-se atentar que é função da equipe gestora empossada continuar cumprindo com as diretrizes e protocolos encaminhados pela Secretaria municipal de Educação (SEC), realizando intercorrências relevantes ocorridas na instituição de ensino, garantir que as propostas de ensino estejam ancoradas no Currículo da Educação Básica do Sistema Municipal, prestar contas à comunidade escolar e a (SEC), dos recursos financeiros vinculados à instituição de ensino, convocar os funcionários para as formações continuadas em serviço, garantir o cumprimento das atividades complementares aos profissionais, bem como manter as informações atualizadas e fidedignas no Censo Escolar. Faz-se necessário ainda, que preze pela promoção do cumprimento dos princípios públicos da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Assim, garantindo a promoção da gestão democrática com a participação da família na escola, professores, servidores em geral e Conselho Escolar, através do cumprimento do Calendário Escolar conforme legislação vigente.

Por final, quanto ao que foi descrito no projeto de lei apresentado pelo executivo e votado em câmara de vereadores do município de Jacaraci, no art. 36, deixa claro que sem prejuízo da eventual apuração da responsabilidade administrativa, o Diretor Escolar poderá ser livremente dispensado das respectivas funções em caso de inobservância ao disposto no art. 19 ou de insuficiência das avaliações previstas no art. 14, ambos desta Lei, assegurado o devido processo legal. Por fim, essa lei estreou em vida no dia 26 de agosto de 2022.

MUDANÇAS NO CENÁRIO EDUCACIONAL COM A IMPLEMENTAÇÃO DO MAR NO MUNICÍPIO DE JACARACI BAHIA

Uma das primeiras mudanças foi o município reconhecer através dos gestores políticos que se faz necessário a adoção do VALOR, para ser contemplados com as remunerações a cada ano; e que se melhorar a adequação das exigências estabelecidas em lei, esses repasses serão maiores sucessivamente. Assim, uma das primeiras mudanças está sendo a substituição de cargos comissionados/confiança por um processo mais complexo e ao final a votação pela comunidade escolar interna e externa, possibilitando que repense como a gestão democrática

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

está inserida no setor citado e o que será necessário fazer para adotar a mesma, como norte para percorrer, em benefícios do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

A gestão democrática no espaço escolar nas unidades de ensino do município de Jacaraci deve ser inserida para que ocorra a objetivação na promoção dos profissionais de igual para igual, bem como a mobilização e articulação de todas as condições materiais e humanas, necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino e fazer com que ocorra a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, como forma de democratizar o ensino.

Diante desse processo de inserção da gestão democrática, é preciso que a escola continue repensando sobre o seu papel em buscar oferecer uma educação de qualidade, para formar cidadãos críticos, atuantes dentro e fora do espaço escolar, fazendo com que ocorra de fato, a participação plena de todos os líderes que trabalham em frente ao desenvolvimento da educação básica no município.

A participação plena e efetiva em todos os setores da comunidade escolar, como forma de democratizar a cada dia mais o ensino, faz-se necessária, principalmente quanto ao foco de desenvolvimento das ações democráticas em todos os setores e dimensões da comunidade escolar interna.

Para Gadotti (2001) há duas razões que justificam a implantação da gestão democrática:

> A primeira dessas razões é porque a escola deve formar para a cidadania e a segunda razão consiste no fato de que a gestão democrática pode melhorar o que é específico da escola: o ensino. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico (GADOTTI, 2001, p. 46).

Acredita-se que, com a implantação das estratégias, exigência para que ocorra o repasse do (VAAR), seja necessário que as escolas continuem e se necessário inicie com a Gestão Democrática; que as ações incluídas no Projeto Político Pedagógico (PPP), contemplem as reais necessidades dos alunos, tais como, identificar e reconhecer que as crianças surdas mudas precisam de um intérprete em sala de aula (pedido de muitos pais), que se faz necessário a existência de uma sala multifuncional para atender as crianças com necessidades especiais, que os profissionais possam participar de todos os processos escolares, sem distinção de questões políticas e que sejam capaz e permitido sem interpretações errôneas, a fala de cada um, no momento necessário, sempre visando à busca por melhorias físicas e pedagógicas para as unidades escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que com esse estudo bibliográfico sobre a implementação do Valor Aluno Ano por Resultados (VAAR), no município de Jacaraci-Bahia, nas escolas municipais, muitas mudanças acontecerão e possibilita fazer com que a educação desenvolva, alcançando índices significativos no (IDEB). Mas, é preciso se atentar ao profissional que direciona a melhoria, devido à aplicação dos recursos, uma vez que somente o que foi exposto no Projeto de Lei nº 4.372, de 2020 e a Ementa que regulariza o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), não serão suficientes, se os governos locais não destinarem os recursos corretamente aos setores e grupos

de profissionais definidos. Um exemplo claro é o recurso do precatório, cuja demanda é, os que trabalharam até o ano de 2006, que não são contemplados em todos os Estados e municípios até a presente data.

Uma das primeiras ações que será necessária, nos 568 (quinhentos e sessenta e oito) municípios adotarem na Bahia, é a inserção nas instituições de ensino municipal, do processo de seleção de gestor escolar. O mesmo poderá acontecer somente por votação da população, como por outros processos, antes do mesmo ser levado à votação, para identificar o grau de conhecimento na área que irá ocupar. Assim, a cada ano os gestores sentiram necessidade de avançar na busca pela implementação de uma gestão democrática mais eficiente, para receber recursos que são destinados à educação, exceto o pagamento de folha de profissionais na mesma área.

É preciso que os governos, estaduais e local, se atentem ao desenvolvimento das instituições de Ensino, principalmente no indicador do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), apresentado pelas escolas municipais, ciente que os professores e demais profissionais não possui um plano de carreira e muito menos mudança de nível. Que essas novas exigências para ser contemplado com o (VAAR), seja possível repensar sobre os líderes inclusos nesse processo de aprendizagem, que carecem de um salário melhor, principalmente quem passou anos estudando, especializando-se para adotar estratégias e metodologias mais eficazes, em busca de uma educação de qualidade e da construção da escola construtivista.

Outro fator interessante é a destinação de repasses para escola que apresentou muitas dificuldades durante a pandemia Covid-19, assim, deve ser possível repensar um novo modelo de educação oferecido nas instituições, que possui demandas de alunos carentes. Outro fator importante é focar quanto às políticas públicas, projetos e programas que nem sempre surgem com o intuito de transformar realidades, mas buscar preencher um sistema de dados que é necessário para obtenção de recursos e comprovação dos dados reais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO FILHO, Heleno. O FUNDEB, da maneira como está proposto, trará benefícios à educação brasileira? Sim ou não? Por que? Seminários regionais e setoriais de educação e cultura. Brasília: Câmara dos Deputados, p. 51- 53, 2006.

BELO, F.; AMARAL, N. C. IDEB da Escola: a aferição da qualidade do ensino tem sido referencial para se (re) pensar a educação municipal? Revista Educação e Políticas em Debate, 2 (2), 2013, p. 339-353.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1998, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/1992 a 56/2007 e pelas Emendas de Revisão n. 1 a 6/1994. Brasília: Senado Federal, 2008. 88p.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 2.264/1997, de 27 de junho de 1997. Regulamenta a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, no âmbito federal, e determina outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de junho de 1997, edição extra.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências.

BRASÍLIA. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de dezembro de 1996, p. 28442.

BRASIL. Ministério da Educação. IDEB: como melhorar os índices. Brasília, DF, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso 10 de set. 2022.

BRASIL. Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Brasília, 14 de novembro de 2007, p. 18.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 11.494, de 20 de junho de 2007. Dispõe sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica

(FUNDEB). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso 10 set. 2022.
BRASIL. Ministério da Educação. O Plano ou Programa sobre o FUNDEB - FNDE. Disponível <http://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb.> Acesso 24 set. 2022.
BRASIL. Ministério da Educação. Sistemas/Siope do FUNDEB - FNDE. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/fnde_sistemas/siope>. Acesso 24 set. 2022.
FERNANDES, R. Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas, 2011. Disponível <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_sao_as_metas/Artigo_projecoes. PDF>. Acesso 02 ago. 2022.
FRANCISCO, I. J. A atuação do diretor de escola pública: determinações administrativas e pedagógicas do cotidiano escolar. Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica, Perdizes, São Paulo, Brasil, 2006.
FREIRE, Paulo. Pedagogia dos sonhos possíveis. São Paulo: Editora UNESP, 2001b.
MACHADO, C.; ALAVARSE, O. M. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 413-436, abr./jun., 2014. Disponível em <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso 22 de ago. 2022.
GOMES, Delarim Martins. Gestão democrática escolar em Cuiabá. EdUFMT, 2008.
GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. São Paulo: Rio de Janeiro, 1991. pp. 1-30. 341 p.
OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. Revista Educação Soc. v. 32. n. 115. abr. jun, 2011. Campinas/SP, p. 323 337. Disponível: <http://www.cedes.unicamp.br>.
PERONI, Vera. Política educacional e papel do estado no Brasil dos anos 90. São Paulo: Cortez, 1995.
SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia.2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.
UNDIME. O prazo-para-insercao-das-informacoes-referentes-as-condicionalidades-do-VAAR-FUNDEB. Disponível <https://undime.org.br/noticia/12-09-2022-17-45-encerra-na-proxima-quinta-feira-15-o-prazo-para-insercao-das-informacoes-referentes-as-condicionalidades-do-vaar-fundeb>. Acesso 24 set. 2022.

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

A CONEXÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE SUPERAÇÃO DO TRANSTORNO DE ANSIEDADE NAS CRIANÇAS ENTRE 6 E 7 ANOS

THE CONNECTION BETWEEN FAMILY AND SCHOOL IN THE PROCESS OF OVERCOMING ANXIETY DISORDER IN CHILDREN BETWEEN 6 AND 7 YEARS OLD

LA CONEXIÓN ENTRE FAMILIA Y ESCUELA EN EL PROCESO DE SUPERACIÓN DEL TRASTORNO DE ANSIEDAD EN NIÑOS DE 6 A 7 AÑOS

Delso de Jesus Cardoso Correia
direito.delso@gmail.com
Gilvana Larissa Pimentel Caires dos Santos

CORREIA, Delso de Jesus Cardoso. DOS SANTOS, Gilvana Larissa Pimentel Caires. **A conexão entre a família e escola no processo de superação do Transtorno de Ansiedade nas crianças entre 6 e 7 anos.**. Revista Internacional Integralize Scientific. Ed., n. 15, p.56-66, setembro/2022, ISSN/2675-5203.

Prof. Dr. Samuel de Oliveira Nicolau

CORREIA, Delso de Jesus Cardoso. DOS SANTOS, Gilvana Larissa Pimentel Caires.NICOLAU, Samuel de Oliveira. **A conexão entre a família e escola no processo de superação do Transtorno de Ansiedade nas crianças entre 6 e 7 anos.**. Revista Internacional Integralize Scientific. Ed., n. 15, p.56-66, setembro/2022, ISSN/2675-5203.

Este Artigo foi orientado pelo Prof. Dr. Samuel de Oliveira Nicolau, pesquisador *Prime* do Centro Internacional de Pesquisas Integralize, que muito tem contribuído para excelência em pesquisas científicas.

RESUMO

As abordagens, análises e referenciais teóricos apresentados neste estudo buscam analisar as causas do Transtorno de Ansiedade e a importância da família e da escola para o desenvolvimento da criança na superação desse transtorno cuja sustentação se dá com base nos autores que abordam sobre a temática. Tendo como intuito apresentar as causas e enfatizar a importância desses dois atores, mostrando que não é necessário a criança fazer uso de medicamentos, mas sim, que a prática de atividades e o vínculo da família e da escola ajudam no desenvolvimento da criança. O presente trabalho efetivou-se por meio de observações no ambiente de trabalho e realizou-se através de pesquisas bibliográficas com o intuito de compreender o que a família e a escola podem fazer. Diante das pesquisas realizadas, percebe-se que tanto a família quanto a escola têm responsabilidades diferentes, portanto a parceria entre ambas, é fundamental na busca de estratégias. Nota-se também que a influência de agentes internos e externos afetam diretamente o desenvolvimento da criança, levando-a a desenvolver vários tipos de Transtornos de Ansiedade. Portanto, faz-se necessário que escola e família trabalhem em conjunto na observação e elaboração de estratégias que ajudem a criança entre 6 e 7 anos superar o Transtorno de Ansiedade.

Palavras-chaves: Parceria, família, escola, transtorno de ansiedade.

ABSTRACT

The approaches, analyzes and theoretical references presented in this study seek to analyze the causes of Anxiety Disorder and the importance of family and school for the child's development in overcoming this disorder whose support is based on the authors that address the theme . With the aim of presenting the causes and emphasizing the importance of these two actors, showing that it is not necessary for the child to use medication, but rather that the practice of activities and the bond between family and school help in the child's development. The present work was carried out through observations in the work environment and was carried out through bibliographic research in order to understand what the family and the school can do. In view of the research carried out, it is clear that both the family and the school have different responsibilities, so the partnership between them is fundamental in the search for strategies. It is also noted that the influence of internal and external agents directly affect the child's development, leading them to develop various types of Anxiety Disorders. Therefore, it is necessary that school and family work together in the observation and elaboration of strategies that help the child between 6 and 7 years old to overcome Anxiety Disorder.

Keywords: Partnership, family, school, anxiety disorder.

RESUMEN
Los enfoques, análisis y referentes teóricos presentados en este estudio buscan analizar las causas del Trastorno de Ansiedad y la importancia de la familia y la escuela para el desarrollo del niño en la superación de este trastorno cuyo sustento se fundamenta en los autores que abordan el tema. Con el objetivo de presentar las causas y enfatizar la importancia de estos dos actores, mostrando que no es necesario que el niño use medicamentos, sino que la práctica de actividades y el vínculo entre la familia y la escuela ayudan en el desarrollo del niño. El presente trabajo se realizó a través de observaciones en el ambiente laboral y se realizó a través de una investigación bibliográfica con el fin de comprender lo que puede hacer la familia y la escuela. A la vista de la investigación realizada, es claro que tanto la familia como la escuela tienen responsabilidades diferentes, por lo que la alianza entre ellas es fundamental en la búsqueda de estrategias. También se observa que la influencia de agentes internos y externos inciden directamente en el desarrollo del niño, llevándolos a desarrollar diversos tipos de Trastornos de Ansiedad. Por ello, es necesario que escuela y familia trabajen juntas en la observación y elaboración de estrategias que ayuden al niño de 6 a 7 años a superar el Trastorno de Ansiedad.
Palabras clave: pareja, familia, escuela, trastorno de ansiedad.

INTRODUÇÃO

Na conjuntura atual refletir sobre "a conexão entre família e escola no processo de superação do Transtorno de Ansiedade nas crianças entre 6 e 7 anos" se mostra relevante na medida em que objetiva de forma geral analisar as causas do transtorno de ansiedade e a importância da família e da escola para o desenvolvimento integral da criança e o alcance de resultados nesse processo de interação, desta forma buscou-se como objetivos específicos identificar como a escola atua em parceria com a família para conhecer o Transtorno de Ansiedade e enfatizar a importância da interação entre esses dois atores na superação desse transtorno.

Considerando que as mudanças do mundo moderno alteraram a dinâmica familiar e que o Transtorno de Ansiedade é influenciado por vários fatores que trazem vários riscos à criança, questiona-se: como a família e a escola podem ajudar a criança a se desenvolver e superar esse transtorno?

Sabe-se que a escola não funciona sozinha, por isso, faz-se necessário uma integração com a família, para que juntas possam desenvolver metodologias que estimulem as habilidades da criança colocando-a como protagonista do seu progresso.

A escolha do tema se deu em razão de que na realização do estágio na Unidade Escolar Ivar Saldanha, assim como, nas observações feitas no ambiente de trabalho, foi possível verificar que algumas crianças têm o desenvolvimento prejudicado devido a ansiedade. Assim, buscou-se ajuda nos teóricos Cury (2019); Cortella (2017); Piaget (1997); Vygotsky (1991); entre outros que discorrem sobre o transtorno de ansiedade e a conexão entre família e escola.

O presente trabalho está constituído de modo que o primeiro item discorre sobre a temática, abordando sobre a justificativa, objetivos e metodologia; o segundo item se configura pela representação do desenvolvimento afetivo e cognitivo nas crianças entre 6 e 7 anos, onde traz o conceito de desenvolvimento e a importância do desenvolvimento afetivo e cognitivo da criança; o terceiro item versa sobre o Transtorno de Ansiedade enfatizando o conceito e a tipicidade do Transtorno de Ansiedade, como ele está presente na escola e como esta pode atuar; já o quarto item enfatiza a importância da família e da escola na busca da superação do Transtorno de Ansiedade, demonstrando as influências do processo pedagógico e ações e atitudes que ajudam a criança na superação desse transtorno e as conclusões no qual enfatizamos as últimas ponderações.

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

DESENVOLVIMENTO AFETIVO E COGNITIVO NAS CRIANÇAS ENTRE 6 E 7 ANOS

Conceito de desenvolvimento

O desenvolvimento humano sofre durante toda a vida influência de agentes internos e externos, entre eles estão a família, o bairro, a cultura e as condições socioeconômicas que afetam diretamente no desenvolvimento físico e mental.

Para Vygotsky (apud DAVIS; OLIVEIRA, 1993, p. 56) "o ser humano cresce num ambiente social e a interação com as outras pessoas é essencial para o seu desenvolvimento", ou seja, é através de estímulos que a criança se desenvolve cognitiva, motora e afetivamente por meio das relações que a rodeia.

Ainda, para o autor (VYGOTSKY, 1991), o desenvolvimento pode ser dividido em dois níveis: o nível de desenvolvimento real que é tudo o que a criança é capaz de realizar sozinha e o nível de desenvolvimento potencial, ou seja aquilo que a criança precisa da ajuda de outras pessoas para realizar. Concepção que faz surgir a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que segundo Vygotsky (2007, p. 97):

é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.

Assim, no espaço entre esses dois níveis, aquilo que em determinado momento a criança só realiza com ajuda de alguém, após algum tempo ela poderá estar realizando sozinha, todavia ela só conseguirá atingir esse nível se estiver inserida em um ambiente familiar e escolar que propiciem condições favoráveis ao seu desenvolvimento.

A criança dessa faixa etária está em processo de alfabetização na qual na maioria das vezes é pressionada durante esse processo tanto pela família quanto pela escola, por isso trabalhar bem o afetivo e o cognitivo das crianças é extremamente importante para o seu desenvolvimento.

Desenvolvimento afetivo

O mundo está repleto de tecnologias onde as pessoas estão sempre conectadas, porém a principal conexão, qual seja, afetiva, está sendo perdida vez que o ambiente onde a criança está inserida necessita estar adequado em razão de sua extrema importância para o seu desenvolvimento. O vínculo afetivo entre as pessoas faz com que a criança crie uma imagem de si mesma (TEODORO, 2013), por isso, não basta falar expressões de afeto, mas é importante que a criança sinta que é verdade, vez que a ausência dessa afetividade pode despertar o transtorno de ansiedade na criança.

A afetividade é um estado psicológico do ser humano que pode ou não ser modificado a partir das situações. Na faixa etária entre 6 e 7 anos, de acordo com a ideia proposta por (VYGOTSKY, 2001), a emoção é o reflexo de alguns estímulos mediados a partir do meio sociocultural em que a criança está inserida e que influenciam diretamente no seu comportamento. Diante desse contexto, cada sentimento é capaz de estimular ou inibir as

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

crianças, por isso, as emoções podem ser divididas em dois grupos, um associado aos sentimentos positivos (amor, felicidade e alegria) e outro aos sentimentos negativos (tristeza, medo, raiva e frustração). A partir dessa ideia, pode-se dizer, ela é extremamente importante para a saúde mental já que a mesma influência no desenvolvimento geral das crianças.

Desenvolvimento cognitivo

O desenvolvimento cognitivo é o aperfeiçoamento das habilidades que permitem o processamento das informações e para que este tenha uma boa desenvoltura é necessário que as várias funções como a linguagem e principalmente a estrutura sócio emocional sejam favoráveis a essa criança. Considerando a teoria de Piaget, o desenvolvimento cognitivo da criança está sempre passando por equilíbrios e desequilíbrios, isto porque, os processos equilibrados são responsáveis, na assimilação e acomodação, pelas mudanças associadas ao desenvolvimento cognitivo.

Segundo o autor a assimilação é uma integração das estruturas prévias, onde a criança tenta adaptar os novos estímulos aos esquemas que ela já possui (PIAGET, 1973), enquanto que a acomodação é " (analogia com os 'acomodatos' biológicos) toda modificação dos esquemas de assimilação sob a influência de situações exteriores (meios) aos quais se aplicam" (PIAGET, 1996, p. 18). Isso significa que a criança realiza pequenas mudanças nos esquemas mentais existentes para adaptar-se às situações diferentes exigidas pelo meio ao qual faz parte.

Ao propor como se estabelece o desenvolvimento cognitivo Piaget (1971) considera quatro estágios no processo evolutivo do ser humano, onde nas crianças, o aspecto cognitivo é sequencial e caminha de estrutura mais simples para as mais complexas. Na faixa etária entre 6 e 7 anos de acordo com a classificação piagetiana a criança ainda está enquadrada na fase Pré-operacional e já caminha para a fase do estágio das operações concretas em que o desenvolvimento intelectual demonstra sinais de lógica e seu pensamento começa ficar mais organizado. Para Wadsworth (1997, p. 65):

Durante o desenvolvimento do pensamento pré-operacional (dos 2 aos 7 anos, em média), uma criança evolui de um ser que funciona de um modo predominantemente sensório-motor, e cujo "pensamento" se dá através de ações, a um ser que funciona de modo cada vez mais conceitual e representacional.

De acordo com o mesmo o autor, nessa fase a criança começa a substituir um determinado objeto ou acontecimento por representações. Na fase do desenvolvimento pré-operacional o pensamento da criança é caracterizado principalmente pelo egocentrismo, centralização, irreversibilidade e incapacidade de acompanhar as transformações (PIAGET, 1997). Dentre essas características, as mais marcantes são o egocentrismo onde a criança ainda não é capaz de se colocar no lugar do outro e a função simbólica onde a criança utiliza símbolos para representar pessoas, coisas ou lugares.

TRANSTORNO DE ANSIEDADE

Conceito e tipicidade do Transtorno de Ansiedade

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

As inovações constantes da sociedade contemporânea proporcionaram uma significativa alteração na dinâmica familiar, social e escolar. Com o isolamento social decorrente dos efeitos da pandemia, o aumento da competitividade, das pressões e exigências na família e no trabalho, favoreceu o aumento da ansiedade que é um dos tipos de transtorno mais frequentes na atualidade. Há uma ansiedade saudável que ajuda a enfrentar diversos fatores (situações novas) e uma ansiedade doentia que bloqueia as habilidades intelectuais e emocionais do indivíduo.

Assim, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 4ª Edição (DSM-IV), esse é um distúrbio que se caracteriza pela preocupação excessiva ou expectativa apreensiva.

O transtorno de ansiedade é o espelho da vida cotidiana em que o medo e a ansiedade andam lado a lado, porém quando esse padrão está em desequilíbrio e se torna incontrolável, faz com que o medo exagerado em companhia da ansiedade passam a trazer grandes prejuízos para a vida das pessoas (SILVA, 2011).

Vários são os Transtornos de Ansiedade e nas palavras de Silva (2011, p.18), "eles podem assumir múltiplas formas, porém todos possuem uma matriz comum, que é a personalidade ansiosa", ou seja, podem se manifestar em diferentes formas e graus de intensidade, possuindo além da ansiedade como característica principal, o comportamento de repulso que acontece quando a pessoa evita determinadas situações nas quais a ansiedade exagerada pode aparecer.

Os tipos de Transtornos de Ansiedade mais frequentes na atualidade que influenciam diretamente a saúde mental e física são: a Síndrome do pânico, o qual causa uma sensação de medo profundo, inesperado e incomum (SILVA, 2011) e que pode evoluir para o transtorno do pânico; o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) que são experiências traumáticas significativas que a pessoa passou (sequestro, perdas, acidentes, pesadelo e violência física ou sexual); o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) onde há uma sensação que tudo dará errado; o Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC) em que os pensamentos compulsivos são frequentes e exagerados; Fobia Específica que é o medo constante de situações específicas ou objetos como por exemplo, animais, lugares fechados, chuva ou avião (SILVA, 2011); Fobia Social causada pelo medo de ser rejeitado, criticado ou avaliado negativamente em meio a uma situação social e Transtorno de Ansiedade por separação em que a criança tem muito medo do que pode acontecer quando seus pais estão separados.

Transtorno de Ansiedade nas crianças entre 6 e 7 anos

Atualmente a ansiedade não é um problema específico dos adultos, mas um dos distúrbios psiquiátricos mais comuns nas crianças. Diante do autofluxo, do excesso de estímulos e informações e principalmente do isolamento social decorrente da pandemia, onde perdas, impossibilidade de interagir com os amigos, realizar atividades fora de casa, mudar os hábitos e principalmente adaptar-se ao novo ritmo do ensino, afetou negativamente a mente humana que nunca esteve tão inquieta quanto no momento atual, pois algumas pessoas têm a mente tão estressada que apresentam dificuldade de concentração e déficit de memória (CURY, 2014).

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

São vários os sinais do transtorno de ansiedade infantil, entre eles estão as causas biológicas que são passadas de geração a geração, as causas cognitivas ligadas ao modo como são processadas as informações e as causas relacionadas ao ambiente em que as crianças convivem. Os sintomas mais visíveis da ansiedade infantil segundo Cury (2014, p. 38) são: fadiga ao acordar, dores de cabeça, dores musculares, agitação mental e dificuldade de lidar com o tédio, baixo limiar para suportar frustrações [...] transtorno do sono, déficit de concentração e déficit de memória.

Conforme explana Cury (2013, p. 62) no contexto atual a mente das crianças está altamente intoxicada com o

"excesso de estímulos, atividades, brinquedos, propagandas, uso de smartphones, videogames, TV e informações escolares satura a MUC (Memória de Uso Contínuo) dos filhos da humanidade, gera um trabalho escravo, editando seus pensamentos em níveis jamais vistos".

Nessa concepção de velocidade do processo de pensamento, pode-se dizer que hoje uma criança com 7 anos possui um altíssimo nível de informações na memória, mais do que os adultos no século passado (CURY, 2014), o que pode desencadear graves problemas, como por exemplo, isolamento social, doenças cardíacas, dificuldades de aprendizagem, ausência de motivação, impaciência principalmente com irmãos e amigos da escola, problemas digestivos e a Síndrome do Pensamento Acelerado (SPA) onde as crianças têm uma mente hiperpensante, inquieta, preocupada (CURY, 2014) e onde o sofrimento por antecipação é bem visível podendo desencadear uma depressão.

Transtorno de Ansiedade na escola

A escola é um ambiente de cultura, diversidade e aprendizagem, porém com todo o estresse do dia a dia, a ansiedade em algumas crianças passa despercebida principalmente pelos professores que não estão preocupados em conversar sobre perdas, crises, lágrimas ou rejeição que atingem negativamente a vida das crianças (CURY, 2019). Tudo isso contribui para o baixo desempenho nas atividades escolares e através desse baixo rendimento, a criança passa ser mais pressionada levando-a a desenvolver outros tipos de transtornos de ansiedade.

Apesar da crescente evolução e avanço da tecnologia, algumas escolas não compreendem que a mente das crianças passou por grandes mudanças, ainda apresentam um sistema seco que exige silêncio e que não promove aventuras ou desafios que a criança seja livre para pensar, criar e desenvolver sua criatividade (CURY, 2019).

Esse sistema de desconexão da escola com a vida da criança impacta consideravelmente a saúde mental das mesmas, pois as escolas que não conseguem educar a emoção dos alunos não formam mentes brilhantes apenas repetidores de informação" (CURY, 2017). Isso significa que a escola não está não preparada para trabalhar e lidar com a gestão da emoção nas crianças.

Como a escola pode atuar?

Dentre os múltiplos problemas encontrados na escola estão os transtornos de ansiedade. Sabe-se que não é simples lidar com esse problema, porém a escola não pode deixar

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

de lado esse fator tão prejudicial à saúde mental das crianças. Para trabalhar esses transtornos, o primeiro passo a ser implementado é a escola identificar o comportamento dessas crianças e entrar em contato com a família para juntas possam analisar as causas e desenvolver estratégias e metodologias a serem trabalhadas. O segundo passo é adequar o seu currículo, alinhando-o à vivência das crianças. Cury (2019) enfatiza que:

Respeitando a cultura em que o indivíduo está inserido, as metas fundamentais da educação de qualquer povo deveriam ser: promover a capacidade de gestão da emoção dos jovens para que sejam minimamente autores de sua própria história, pacientes, proativos, ousados, estáveis, autônomos, altruístas, seguros, carismáticos, empáticos, capazes de aplaudir a vida e não reclamar de tudo e de todos.

Isso significa que no cenário atual as escolas precisam trabalhar as habilidades socioemocionais nas crianças, pois elas ajudam a gerenciar as emoções e lidar com os acontecimentos do dia a dia. É fundamental estimular as crianças através de atividades lúdicas, falar sobre suas emoções e como reagir diante de conflitos e frustrações. Sendo uma das competências mais abrangentes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as competências socioemocionais são extremamente importantes para o desenvolvimento integral da criança, já que a escola deve favorecer um currículo que leva em consideração a criança como protagonista, onde ela possa ter a liberdade de criar sua interação com o mundo e desenvolver suas habilidades.

A escola precisa antes de tudo ser inclusiva, estar preocupada em formar alunos criativos, críticos e participativos do seu processo de superação. É necessário educá-las e prepará-las para lidar com suas emoções, assim elas terão a facilidade em se relacionar com a família e com todos à sua volta (ALBUQUERQUE; VASCONCELOS, 2020).

Nesse contexto, a escola precisa desenvolver estratégias para conectar a criança e o mundo à sua volta, pois "o ambiente escolar precisa fazer sentido na vida dos estudantes" (COSTA, 2020, p. 53). E é através de ações educativas onde envolve a família no ambiente escolar, jogos, atividades lúdicas e conversas que a criança terá uma saúde mental mais equilibrada, o que contribui significativamente para o desenvolvimento integral das crianças.

FAMÍLIA E ESCOLA CONECTADAS NO PROCESSO DE CONHECIMENTO E BUSCA DA SUPERAÇÃO DO TRANSTORNO DE ANSIEDADE

Processo pedagógico

Quando o processo pedagógico está voltado para a vida cotidiana das crianças o resultado é o fortalecimento do vínculo familiar e social. A escola precisa adequar o currículo às necessidades e sempre informar aos pais sobre toda a práxis pedagógica da escola criando conexões com o cotidiano e o inesperado, transformando assim a sala de aula em um ambiente de investigação (ALBUQUERQUE, 2014).

Para isso, a tecnologia tem grande influência nesse processo, proporcionando uma estrutura colaborativa a todas as crianças a qual segundo Cortella (2014, p. 18):

é preciso [...] que a tecnologia tenha a sua presença, que o ensino não seja de conteúdos abstratos, mas que sejam ideias que tragam a reflexão do concreto, em que não haja

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

autoritarismo, mas que a autoridade seja um elemento de constituição sólida da convivência, em que haja uma estrutura colaborativa em vez de trabalhar a competição.

A partir dessa concepção pode-se dizer que o ambiente escolar deve proporcionar o protagonismo das crianças para que elas sejam participativas, colaborativas e que possam refletir sobre cada prática apresentada.

Ações e atitudes para o conhecimento na busca da superação do transtorno de ansiedade

Para ajudar as crianças superar o transtorno de ansiedade é preciso que a escola faça um trabalho voltado para as famílias com orientações necessárias para que as mesmas possam identificar qualquer sinal de ansiedade em seus filhos, pois como explana o Professor Cortella "não é só a educação dos filhos que é necessária, mas a dos pais também". É preciso que a família e a escola andem juntas para que assim possa orientar seus filhos e alunos a conduzir a emoção deles. Nessa perspectiva, Zagury (2002, p. 67) diz que: a escola faz um trabalho; a família, outro. Ambas se completam de maneira maravilhosa, é incrível para o bem-estar e formação integral das nossas crianças. Mas nem uma nem outra pode suprir todas as necessidades infantis e juvenis sem ser em CONJUNTO.

A autora mostra o quão é importante a responsabilidade de cada uma, assim como ambas precisam trabalhar em conjunto, pois para que a criança tenha um bom desenvolvimento é preciso que a família reforce e apoie o trabalho da escola da mesma forma que espera que a escola reforce e apoie o que a criança aprende em casa (ZAGURY, 2008).

Essa parceria entre família escola fortalece e enriquece mais o trabalho com as crianças, por isso é fundamental incentivar atividades lúdicas onde as crianças sejam protagonistas do processo, assim como leitura de livros, música, artes plásticas, esportes, atividades que reforcem o vínculo familiar e outras atividades extracurriculares.

A observação é o primeiro passo que a família e a escola precisam fazer. Assim ao identificar alguns sinais de ansiedade na criança possam criar estratégias para amenizar esses sintomas, como por exemplo, reconhecer, falar sobre os sentimentos e acolher a criança é fundamental, o reconhecimento de suas produções é extremamente importante, por isso, tanto os pais quanto os educadores devem elogiar sempre que preciso, assim como colocar limite para as crianças também ajuda consideravelmente em seu desenvolvimento, pois "dar limites não é proibir tudo, é dar mais 'sinais' do que 'nãos', é dizer sim sempre que possível e não sempre que necessário" (ZAGURY, 2014).

De acordo com essa concepção, os limites quando colocados de maneira inteligente favorece à criança lidar com os riscos e as dificuldades e dá liberdade de ser protagonista de sua própria história. Portanto, levando em consideração esses aspectos, vale ressaltar que para a criança na faixa etária entre 6 e 7 anos não é recomendado o uso de medicamentos, pois somente as atividades extracurriculares, o vínculo e a parceria entre família e escola auxiliam a criança na superação do Transtorno de Ansiedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou identificar como a parceria escola e família ajudam as crianças entre 6 e 7 anos superarem o Transtorno de Ansiedade, uma vez que a criança nessa faixa etária

sofre grandes influências de agentes internos e externos que afetam diretamente em seu desenvolvimento. Por isso, com as inovações constantes da sociedade contemporânea, a dinâmica familiar, social e escolar sofreu muitas alterações o que contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento de Transtorno de Ansiedade infantil.

Portanto, fundamentada nas pesquisas bibliográficas realizadas, percebeu-se que a família e a escola têm responsabilidades diferentes, porém de extrema relevância, por isso ambas precisam andar juntas de modo que a escola trabalhe as habilidades socioemocionais nas crianças e desenvolva um trabalho que resulte em orientações voltadas para as famílias. Nessa perspectiva fica mais fácil identificar os sintomas na criança e analisar as causas da ansiedade para que assim, juntas, encontrem estratégias capazes de estimular o protagonismo da criança. Dessa forma, através de atividades lúdicas, jogos, incentivo à leitura e atividades que reforcem o vínculo familiar se desenvolve ações e práticas fundamentadas para que a criança supere com mais facilidade o Transtorno de Ansiedade sem necessidade de fazer uso de medicamentos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Rosângela. Imagine uma escola conectada à vida do aluno. Construir Notícias, Recife, pe. 34-42, setembro/outubro. 2014.

ALBUQUERQUE, Rosangela; VASCONCELOS, Heloísa. Competências socioemocionais em sala de aula: uma questão de saúde mental. Construir notícias, Recife, #109, p. 35-39, novembro/dezembro. 2020.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - 4ª edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p. 845

CORTELLA, Mário Sérgio. Educação, Escola e Docência: novos tempos, novas ideias. São Paulo: Cortez, 2014.

COSTA, Kelly. Competências socioemocionais: caminhos em construção. Construir notícias, Recife, #109, p. 53-56, novembro/dezembro. 2020.

CURY, Augusto. Ansiedade: como enfrentar o mal do século. 1.ed. São Paulo: Benvirá, 2013.

_____. Controle o estresse: Saiba como encontrar equilíbrio. São Paulo: Gold editora, 2014.

20 regras para educar filhos e alunos: Como formar mentes brilhantes na era da ansiedade. 2.ed. São Paulo: Planeta, 2019.

DAVIS, Claudia. OLIVEIRA, Zilma. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 1993.

Documento Curricular do Território Maranhense para educação infantil e ensino fundamental. Rio de Janeiro: FGV, 1. ed. 2019.

DUMONT, Patrícia Santos. Entrevista com Augusto Cury: "A escola precisa educar a emoção". Hoje em dia. São Paulo, 2017. Disponível em <https://www.hojeemdia.com.br/plural/entrevista-com-augusto-cury-escola-precisa-educar-a-emo%C3%A7%C3%A3o-1.557160>. Acesso em 20 Set. 2020.

Notícias do INSP. Entrevista com Tania Zagury. Disponível em: https://www.insp2.com.br/somos-do-bem-e-somos-a-maioria-sim-tania-zagury/>. Acesso em 07 nov.2020.

PIAGET, J. A psicologia. 2° ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1973.

_____. Psicologia e epistemologia: por uma teoria do conhecimento: Rio de Janeiro: Forense, 1973.

_____. Seis estudos da psicologia. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

Revista crescer. Entrevista com Cortella. Disponível em: ttps://revistacrescer.globo.com/Criancas/Escola/noticia/2016/11/cortella-nao-e-so-educacao-dos-filhos-que-e-necessaria-mas-dos-pais-tambem.html>. Acesso em 04 nov.2020.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mentes ansiosas: medo e ansiedade além dos limites. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

TEODORO, Wagner. O desenvolvimento infantil de 0 a 6 anos e a vida escolar. Uberlândia, 2013.

VYGOTSKI. L. S. A formação social da mente. 4° ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. 7° ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. Psicologia pedagógica. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WADSWORTH, Barry. Inteligência e afetividade da criança. 4° ed. São Paulo: Enio Matheus, 1996.

_____. Inteligência e afetividade da criança na Teoria de Piaget. Belo Horizonte: Pioneira, 1997.

Florianópolis, **Ed.15, n.01, Setembro/2022** - ISSN/2675-5203

ZAGURY, Tania. Escola sem conflitos: parceria com os pais. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
_____. Escola sem conflitos: parceria com os pais. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Publicação Mensal da INTEGRALIZE

Aceitam-se permutas com outros periódicos.

Para obter exemplares da Revista impressa, entre em contato com a Editora Integralize pelo ***(48) 99175-3510***

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

Florianópolis-SC

Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande,

CEP 88032-005.

Telefone: (48) 99175-3510

https://www.integralize.onlin